

5.3.16) Patrimônio Natural, Histórico, Arqueológico e Cultural.

O diagnóstico do patrimônio histórico, arqueológico e cultural das áreas afetadas pela Operação Urbana Consorciada Água Branca, no município de São Paulo, foi realizado para compor o EIA-RIMA do empreendimento, em atendimento à legislação vigente que trata dos estudos arqueológicos necessários ao licenciamento ambiental de empreendimentos modificadores do meio físico.

Do ponto de vista do Patrimônio Históricoarqueológico, além de apontar a possível presença de bens patrimoniais, ressalta-se a importância de contextualizá-los com os diferentes aspectos paisagístico-ambientais, histórico-culturais e socioeconômicos conhecidos para a região. Esta caracterização possibilita determinar as significâncias científicas e patrimoniais dos registros existentes e indicar a potencialidade para novas ocorrências em locais ainda não estudados sistematicamente.

Com atenção a esses aspectos, este estudo foi desenvolvido de modo a se adequar às demandas preventivas diretamente associadas às alterações do meio físico que venham a ser promovidas pela implantação e operação empreendimento, avaliando os possíveis impactos sobre a base de recursos culturais materiais existentes ou potenciais.

Assim, o presente diagnóstico objetivou a geração de dados e informações capazes de avaliar as significâncias científicas e públicas, o estado atual e os prognósticos de risco ao qual o Patrimônio Arqueológico pode estar submetido.

Esse estudo está em consonância com as exigências legais determinadas por um conjunto de leis e portarias que regem a matéria (Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 3924/1961, Resoluções CONAMA nº 001/1986 e 237/1997, dentre outras), ressaltando-se a Portaria IPHAN nº 230/2002, que trata das pesquisas arqueológicas e dos produtos a serem apresentados durante as fases de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente lesivos.

Portanto, estando em conformidade com tais diretrizes normativas e operacionais fornecidas pelos instrumentos supracitados, os estudos realizados para o diagnóstico do patrimônio histórico, arqueológico e cultural foram devidamente comunicados ao IPHAN e os trabalhos de campo realizados sem intervenções no terreno, seja no solo ou no subsolo, conforme estabelecido pela Portaria IPHAN / MinC nº 230.

Assim, no presente estudo, além do detalhamento das atividades realizadas para a elaboração do diagnóstico das áreas de influência do empreendimento e para avaliação de impactos do empreendimento sobre o patrimônio regional, são apresentadas propostas de ações específicas recomendadas a ser desenvolvidas nas demais etapas do licenciamento ambiental.

Ainda de acordo com os preceitos e medidas cabíveis no que tange aos estudos que envolvem o patrimônio arqueológico, este relatório será protocolado junto à 9ª Superintendência do IPHAN / SP, para devida apreciação e indicação das medidas julgadas cabíveis.

Tendo em vista tratar-se de pesquisa voltada ao licenciamento ambiental (LP) de empreendimento modificador de meio físico, os estudos realizados nas áreas de influência do empreendimento tiveram por objetivo diagnosticar o potencial para a ocorrência de vestígios de interesse ao patrimônio cultural brasileiro nas áreas de influência da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Visam, sobretudo, identificar os riscos a que estes possam ser submetidos em decorrência das atividades necessárias à implantação do empreendimento e indicar, caso necessário, ações de proteção física e / ou de resgate arqueológico.

Resumidamente, são objetivos gerais do diagnóstico:

- Localizar e caracterizar bens de interesse ao Patrimônio Cultural da Nação (históricos, arqueológicos e culturais) que possam existir nas áreas de intervenção do empreendimento;
- Prevenir a destruição e / ou a descaracterização desses bens culturais (se localizados) em decorrência das atividades necessárias às etapas de implantação, instalação e operação do empreendimento;
- Elaborar planos de mitigação de impactos na área, a fim de resgatar informações a respeito dos bens ameaçados, de modo que possam ser ambiental, histórica e culturalmente contextualizados e, assim, incorporados à Memória Nacional.

A metodologia desenvolvida para o trabalho consiste em:

- Levantamento de informações sobre o uso e ocupação do solo atualizado na área de influência direta, em foto aérea ou em planta planialtimétrica, identificando as áreas de interesse histórico, arquitetônico, arqueológico e de patrimônio natural.
- Estudos ou levantamentos que comprovem a existência ou inexistência de indícios, informações ou evidências de sítios arqueológicos, na região ou área de influência direta do empreendimento, nos termos da Portaria IPHAN nº 230 de 17/02/02.
- Levantamento das áreas tombadas e em processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, presentes na AID. Também deverão ser apontadas parcelas da AID que alcancem áreas envoltórias de bens tombados.
- Observação de marcos visuais significativos, que de alguma forma sejam referenciais da paisagem natural e construída na área de intervenção, assim como as referências visuais mais significativas da paisagem regional e que de alguma forma permitam a perfeita localização espacial de qualquer ponto da área de influência.
- Avaliação de que forma e em que magnitude as obras e intervenções relacionadas à Operação Urbana Consorciada Água Branca poderão afetar o patrimônio natural, histórico, arqueológico e cultural.

A área avaliada para o Diagnóstico do Patrimônio Cultural, Arqueológico e Histórico inicia-se na confluência da Avenida Presidente Castelo Branco com a rua Professor Joaquim M. de Camargo; segue pela rua Joaquim M. de Camargo, avenida Doutor Abraão Ribeiro, Viaduto Pacaembu, avenida Pacaembu, rua Paraguaçu, rua Traipu, rua Turiassu, rua Ministro Godói, avenida Francisco Matarazzo, Viaduto Antártica, avenida Antártica, rua Turiassu, avenida Pompéia, rua Carlos Vicari, avenida Santa Marina, avenida Comendador Martinelli, avenida Presidente Castelo Branco até o ponto inicial (Figura 5.3.16-1).

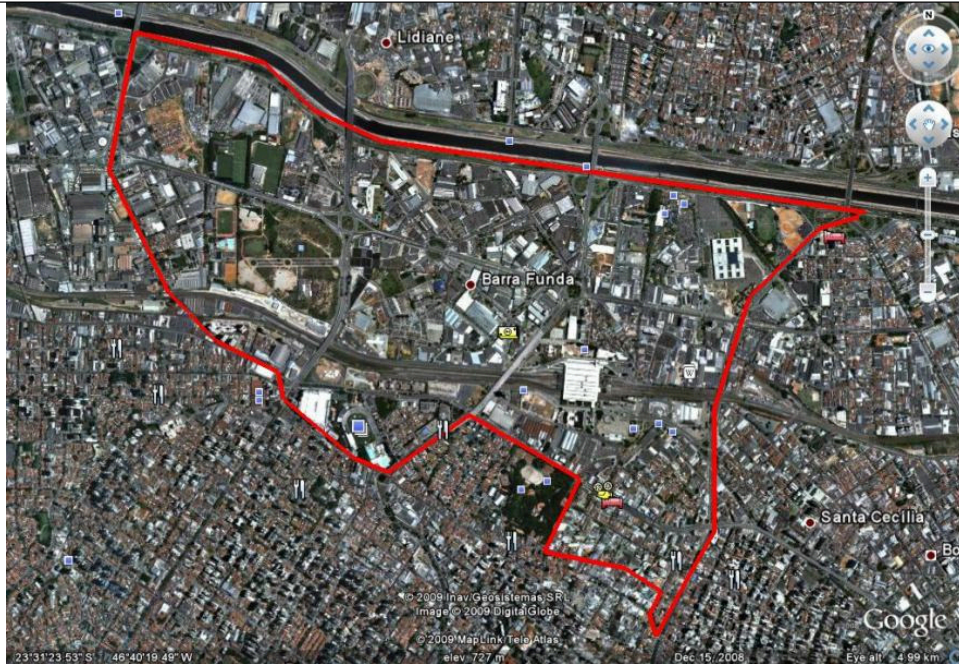


Figura 5.3.16-1: Perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

A área contempla uma extensa área de várzea do rio Tietê, em toda parte norte, entre a marginal Tietê e a avenida Marquês de São Vicente, seguida de uma leve elevação entre esta última e a rede ferroviária Federal S/A. Seguindo em direção ao sul a área corresponde a meia encosta até o limite sul da área de pesquisa, na avenida Santa Marina, ruas Carlos Vicari e Turiassu, em direção ao planalto.

Para o estudo das áreas de influência do empreendimento sobre o patrimônio, há que se considerar os modos de inserção desse recurso no meio físico estudado e seu contexto sociocultural. No que diz respeito aos bens arqueológicos, estes geralmente estão inseridos em um ambiente natural, cujas características morfológicas, topográficas e pedogenéticas podem influenciar na sua conservação. Essas características, juntamente com os fatores de transformação antropogênica, são fundamentais para que se possa compreender o sítio arqueológico, seu grau de preservação e associá-lo ao histórico da ocupação humana da área de estudo.

O patrimônio arqueológico e histórico-cultural¹ de uma região é constituído pelos vestígios materiais remanescentes, representativos dos processos culturais que nela se sucederam em períodos pré-históricos e históricos, podendo apresentar, portanto, uma ampla abrangência temporal, tornando-se necessário para caracterizá-lo:

- ✓ A identificação dos vestígios materiais associados aos antigos assentamentos das populações que ocuparam a região em que se insere a área de estudo, em tempos anteriores e posteriores à colonização europeia;
- ✓ A caracterização do potencial informativo e de preservação desses vestígios, avaliando sua importância científica e patrimonial (aspectos públicos, históricos, culturais, etc.);

¹ Entende-se aqui o patrimônio arqueológico e histórico-cultural como "(...) os aspectos físicos, naturais e artificiais, associados às atividades humanas, incluindo sítios, estruturas e objetos possuindo significância, individualmente ou em grupo, em história, arquitetura, arqueologia ou desenvolvimento (cultural) humano." (FOWLER, 1982 apud CALDARELLI, 1999:347).

- ✓ A estimativa do potencial apresentado pela área para preservação de bens de interesse arqueológico e histórico-cultural e a avaliação das fragilidades a que esse patrimônio está sendo submetido, seja por fatores de origem natural ou humana.

O potencial arqueológico de uma área, ou seja, a probabilidade de ocorrência de vestígios culturais materiais que apresentem significância arqueológica, é indicado e varia de acordo com os contextos histórico e ambiental apresentados, sendo referenciado pelos diferentes padrões pretéritos de assentamento humano e uso do solo conhecidos.

A natureza dos bens arqueológicos, componentes do patrimônio cultural da Nação, indica que os mesmos sejam avaliados, nos estudos ambientais, como componentes do meio antrópico. No entanto, as áreas de influência para essa disciplina devem ser associadas àquelas definidas para o meio físico, uma vez que os registros dos vestígios materiais de atividades ou usos passados de um determinado local são normalmente encontrados preservados no solo, entendido como a matriz de sustentação dos recursos arqueológicos.

Com base nessa inserção, a definição das áreas de influência do empreendimento, no que diz respeito à caracterização do patrimônio arqueológico deve ser baseada tanto nos critérios referenciados para o meio físico, como nas orientações contidas na obra “*Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*”, editadas pela 9ª SR / IPHAN – São Paulo, em 2005, a saber:

- ✓ Área Diretamente Afetada (ADA): corresponde à área do terreno diretamente afetada antrópica e fisicamente pelas obras necessárias à implantação do empreendimento, abrangendo locais onde está prevista a implantação das edificações, das estruturas, dos canteiros de obras, dos acessos, das áreas de empréstimo, das áreas de bota-fora, das áreas de apoio, etc. Nesse caso, foi considerado o perímetro destinado à implantação da Operação Urbana Consorciada Água Branca.
- ✓ Área de Influência Direta (AID): corresponde à área do entorno do empreendimento que possa conter vestígios arqueológicos associados ao contexto da ADA. Neste caso, foi considerado o distrito de Barra Funda, especialmente focado no bairro da Água Branca.
- ✓ Área de Influência Indireta (AII): corresponde à região geoambiental em que está inserido o empreendimento, neste caso, deve ser considerada a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.

5.3.16.1) Metodologia

Os procedimentos de pesquisa empregados no presente diagnóstico seguiram as orientações e diretrizes do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, definidos pela Portaria nº. 230/2002, que define os procedimentos necessários à compatibilização de licenças ambientais com estudos preventivos de arqueologia.

Os estudos realizados nas áreas de influência do empreendimento tiveram por objetivo avaliar as significâncias, potencialidades e fragilidades do patrimônio cultural, arqueológico e histórico, sendo compartimentados nos seguintes itens:

- *Contextualização etno-histórica*: apresentação dos aspectos e informações históricas e étnicas existentes para a região, estabelecendo-se o potencial da área para a presença de indícios de ocupações e atividades humanas pretéritas;

- *Contextualização arqueológica*: resultado do levantamento secundário de dados arqueológicos regionais coletados em sínteses de conhecimento, históricos de pesquisa, registros de sítio, caracterizações de vestígios e estruturas, coleções existentes em instituições museológicas, registros de memória oral, etc.
- *Levantamentos Patrimoniais*: descrição dos registros de referência sobre bens materiais e imateriais relacionados ao Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico, de alguma forma associados às áreas de influência do empreendimento. Compreende o levantamento dos bens materiais reconhecidos em âmbito local ou regional, de natureza histórico-arqueológica, arquitetônica, ambiental, paisagística e etnográfica e o registro de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que comunidades ou grupos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural - incluindo os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados.
- *Levantamento arqueológico da área de estudo*: avaliação e prognóstico de impactos da área de influência direta do empreendimento, realizados através do registro de informações locais e levantamento extensivo de campo, visando identificar objetos, ocorrências ou sítios arqueológicos que possam ser impactados pelas fases de implantação ou operação do empreendimento.

Para a elaboração dos contextos etno-histórico, arqueológico e patrimonial, recorreu-se às seguintes fontes:

- Bibliografia com informações secundárias sobre etnografia, etnohistória e história regional e local;
- Análise das publicações especializadas (livros e artigos em periódicos e anais de simpósios) sobre pesquisas arqueológicas já realizadas ou em andamento, incluindo relatórios de estudos para licenciamento ambiental de empreendimentos;
- Consulta aos órgãos municipais de cultura, meio ambiente, urbanismo e turismo do Município; consulta aos meios de comunicação (jornais, folhetos, internet, etc.) e as base de dados sócio-econômicos e culturais disponíveis;
- Consulta ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN.

Para o levantamento arqueológico de campo, os procedimentos estiveram focados em:

- Avaliação de elementos naturais, ecológicos e paisagísticos de significância arqueológica;
- Levantamento de informações primárias e secundárias em âmbito local;
- Prospecção arqueológica superficial visando à possível detecção de vestígios materiais de interesse histórico-arqueológico ou áreas potenciais.

Para a abordagem de detecção de vestígios, a metodologia utilizada foi específica de estudos para diagnóstico regional de recursos culturais (adaptado de Redman, 1973; Schiffer et al., 1978; Lightfoot, 1986; Santos, 2000 apud Brochier, 2004).

Quando da ocorrência de vestígios arqueológicos foram realizados procedimentos para sua delimitação superficial, procurando-se utilizar técnicas de baixo impacto a fim de preservar seu contexto informativo e sem intervenção na matriz pedológica/sedimentar. Não houve qualquer

forma de coleta de material arqueológico, sendo apenas registradas características dos materiais, distribuição e contexto ambiental, por meio de cadernetas, máquina fotodigital e posicionamento por trena, bússola e GPS (Global Positioning System).

Os trabalhos de campo para o Diagnóstico Arqueológico permearam propostas conceituais e metodológicas associadas à Arqueologia Preventiva e Pública (Schiffer & Gumerman, 1977; Merriman, 2004). Por Arqueologia Preventiva (ou Conservacionista) entende-se aquela ligada essencialmente a aspectos de preservação, conservação e gestão de recursos arqueológicos, apresentando correspondência ao enfoque denominado *Cultural Resource Management* (CRM), na literatura anglo-americana. A Arqueologia Pública, conforme Oliveira (2000:203 apud. Brochier, 2004) está relacionada ao maior envolvimento de arqueólogos na gerência não apenas dos recursos arqueológicos, mas de um conjunto de técnicas e diretrizes ligadas aos interesses da sociedade contemporânea em relação ao passado, considerando ainda “*que não há trabalho arqueológico que não implique patrimônio e socialização do patrimônio e do conhecimento*” (Tamanini, 1998).

Quanto aos estudos sobre relação entre meio-ambiente e potencial arqueológico, a metodologia adotada apresenta vínculos com pressupostos da Arqueologia Contextual (*Contextual Archaeology*) que, conforme Waters (1992:4) refere-se a uma abordagem sistêmica em que a recuperação de componentes contextuais do ecossistema humano (flora, fauna, clima, paisagem e cultura humana) é usada para a interpretação de aspectos de estabilidade e mudança cultural. A perspectiva geoarqueológica (Gladfelter, 1977; Butzer, 1977; Waters, 1992; Blum *et al.*, 1992), permite a determinação de variáveis ambientais com maior potencial para a ocorrência de sítios arqueológicos. Essas variáveis, em geral, estão baseadas na concepção da existência de determinados padrões recorrentes de ocupação/atividade humana, a partir de certas estratégias econômico-sociais ligadas à captação, produção, distribuição, consumo e manejo de recursos naturais em uma área. Por outro lado, a caracterização da estrutura, dinâmica e evolução da paisagem permite prever “*controles geoarqueológicos*” (Brochier, 2004) indicando áreas capazes de preservar ou determinar aspectos de formação natural e distribuição do registro arqueológico regional.

5.3.16.2) CONTEXTO ARQUEOLÓGICO E ETNO-HISTÓRICO (AII e AID)

⇒ *Contexto arqueológico regional (AII e AID)*

A área do empreendimento, assim como o território pertencente ao município de São Paulo, sob o ponto de vista da arqueologia, da etno-história e da história está inserido no contexto de ocupação da bacia hidrográfica do Alto Tietê e cabeceiras. Essa porção da bacia hidrográfica do rio Tietê, não diferente das outras que abarcam esse importante rio paulista, se revela bastante profícua para a ocorrência de vestígios humanos pretéritos, haja vista os inúmeros achados arqueológicos até hoje identificados dentro de seus limites territoriais.

Embora a bacia do Alto Tietê seja ainda muito pouco conhecida do ponto de vista arqueológico, o **Quadro 5.3.16.2-1** apresenta uma síntese do contexto de ocupação humana da região, através dos sítios arqueológicos identificados, que abrange desde o período pré-histórico até o colonial.

**Quadro 5.3.16.2-1:
Sítios arqueológicos conhecidos na bacia hidrográfica do Alto Tietê e Cabeceiras.**

Município	Nome do sítio	Tipologia	Fonte
Barueri	Aldeia de Barueri	Histórico	Scatamacchia & Franchi, 2001/2002.
Carapicuíba	Aldeia de Carapicuíba	Histórico	Robrahn-González & Zanettini, 2003.
	Flamboyant	Histórico	Robrahn-González & Zanettini, 2003.
	Fazenda Velha	Histórico	Robrahn-González & Zanettini, 2003.
Cajamar	Juqueri	Histórico	A Lasca Arqueologia, 2008.
	Cajamar 1	Lítico	A Lasca Arqueologia, 2009.
	Cajamar 2	Lítico	A Lasca Arqueologia, 2009.
	Cajamar 3	Histórico	A Lasca Arqueologia, 2009.
Itapevi	Ambuitá 1	Colonial / Histórico	Robrahn-González & Bava De Camargo, 2004.
	Ambuitá 2	Pré-colonial	Robrahn-González & Bava De Camargo, 2004.
	Ambuitá 3	Colonial / Histórico	Robrahn-González & Bava De Camargo, 2004.
Mogi Cruzes	Lago do Parque	Histórico	CNSA / IPHAN, 2007.
	Santa Rita	Histórico	CNSA / IPHAN, 2007.
	Santo Alberto	Histórico	CNSA / IPHAN, 2007.
	São José	Histórico	CNSA / IPHAN, 2007.
	Capela de Aparecidinha	Histórico	NAUBC.
	Taboão	Histórico	NAUBC.
Osasco	Fazenda Veloso	Histórico	Robrahn-González & Zanettini, 2003.
	Quartel e vila de Quitaúna	Histórico	Robrahn-González & Zanettini, 2003.
São Paulo	Anália Franco/ Capão	Histórico	Robrahn-González & Zanettini, 2003.
	Beco do Pinto	Histórico	CNSA / IPHAN, 2007.
	Capela de São Miguel	Colonial / Histórico	Juliani et alli., 2007.
	Casa do Tatuapé	Histórico	CNSA / IPHAN, 2007.
	Casa 1 – Pátio do Colégio	Histórico	CNSA / IPHAN, 2007.
	Casa de Ferroviário	Histórico	A Lasca Arqueologia / CPTM, 2008.
	Fábrica Petibon	Histórico	Zanettini, com. pes.
	Jaraguá I	Pré-colonial cerâmico	Robrahn-González & Zanettini, 2003.
	Jaraguá II	Pré-colonial lítico	Robrahn-González & Zanettini, 2003.
	Mineração Jaraguá	Histórico	Robrahn-González & Zanettini, 2003.
	Morrinhos	Histórico	CNSA / IPHAN, 2007.
	Morumbi	Pré-colonial lítico	De Blasis & Robrahn-González, 2002.
	Olaria II	Pré-colonial cerâmico	Robrahn-González & Zanettini, 2003.
	Parque da Luz	Histórico	DPH / SCMSP.
	Sítio Mirim	Histórico	CNSA / IPHAN, 2007.
Sítio São Miguel 1	Colonial / Histórico	A Lasca Arqueologica / CPTM, 2008.	

Muito embora nunca tenha sido implantado um programa de levantamento sistemático de cunho acadêmico para essa bacia hidrográfica, os achados arqueológicos fortuitos, principalmente os associados às populações ceramistas de tradição Tupiguarani, têm sido registrados desde o final do século XIX em alguns bairros da cidade de São Paulo como a Mooca, o Brás, a Luz, o Brooklin e Anhanguera (ARAÚJO, 1995; JULIANI, 1996; PEREIRA JR., 1964 e SANT'ANNA, 1944).

Não obstante, mesmo que nas últimas décadas a implantação de inúmeros trabalhos realizados em função das necessidades de estudos de licenciamentos ambientais de empreendimentos modificadores de meio físico, a bacia do Alto Tietê ainda continua muito pouco conhecida do ponto de vista arqueológico pré-colonial.

A despeito de existirem informações relativas a uma ponta de flecha de pedra lascada encontrada no bairro da Luz, o primeiro sítio pré-colonial reconhecido para a região metropolitana foi o Sítio Lítico de Morumbi, localizado em 1967 no bairro do mesmo nome, no município de São Paulo. Tratava-se de um sítio-oficina de extração de matéria prima para artefatos líticos lascados, associado às populações de caçadores-coletores (JULIANI, 1996). Estes são os vestígios mais antigos da atual região metropolitana de São Paulo, remanescentes de cerca de 7.000 anos atrás, associados a grupos detentores de uma indústria lítica que incluía, entre outros artefatos, essas pontas de projétil.

Nos estudos arqueológicos realizados no trecho oeste do Rodoanel Metropolitano Mário Covas, na região do Pico do Jaraguá, foram localizados mais três sítios arqueológicos pré-coloniais com vestígios cerâmicos de uma aldeia indígena de Tradição Itararé (atribuída aos ancestrais dos índios Kaingang) e vestígios líticos lascados com filiação não definida.

Num período um pouco mais recente, também em função de trabalhos em âmbito de contrato para licenciamento ambiental, alguns novos sítios arqueológicos foram descobertos e submetidos a procedimentos de resgate. Como exemplo se pode tomar o complexo arqueológico localizado no interior da propriedade adquirida pela empresa Eurofarma, município de Barueri, no km 35 da Rodovia Castelo Branco, cujos trabalhos foram bastante repercutidos.

Referências sobre esse complexo constam de artigo publicado na Folha da S. Paulo, datado de 12 de Janeiro de 2004, onde é mencionada a presença de um “raro mosaico arqueológico de boa parte das culturas que se sucederam na região da Grande São Paulo...” encontrada por pesquisadores num terreno que deve abrigar, em breve, uma fábrica de remédios. Os vestígios vão de ferramentas de pedra e fogueiras com centenas de anos à cerâmica produzida por tupis, bandeirantes e até caboclos do século 19. “Os cinco sítios² de onde vêm os achados estão no município de Itapevi (43 quilômetros a oeste de São Paulo) e podem trazer contribuições importantes para entender o cotidiano do ciclo bandeirante...” (Notícia veiculada no caderno Ciências do jornal Folha de São Paulo).

Nesse empreendimento situado no município de Itapevi, foram localizados três sítios arqueológicos, sendo que o sítio Ambuíta 2 (datado em 560 anos A.P.) está relacionado à ocupação indígena antes da chegada do elemento europeu e africano ao Brasil (ROBRAHN-GONZÁLEZ & BAVA DE CAMARGO, 2004, 131), enquanto os sítios Ambuíta 1 e 3 estão associados a ocupações em períodos coloniais e pós-coloniais. Vale destacar que o sítio Ambuíta 3 pertenceu a um contexto cronológico mais recuado, apresentando fragmentos cerâmicos com forte influência da Tradição Tupiguarani e algumas faianças portuguesas. Ademais, esse sítio está relacionado aos domínios de uma grande propriedade rural, o solar São João, o qual tem sua datação girando em torno de 1720-1730 (ROBRAHN-GONZÁLEZ & BAVA DE CAMARGO, 2004, 126).

Demais sítios arqueológicos reconhecidos para a bacia do Alto Tietê e Cabeceiras apresentam materiais culturais históricos associados às ocupações existentes a partir do início do período colonial até o final do século XIX (JULIANI, 1996).

² Como resultado das análises laboratoriais concluiu-se que o material resgatado pertencia a três ocupações distintas e não a cinco sítios como se havia aventado num primeiro momento.

Em São Paulo, já foram pesquisados alguns sítios de ocupação colonial, tanto rural (Sítios Mirim, Morrinhos, Casa do Tatuapé, Casa do Grito e Casa do Itaim-Bibi) como urbana (Casa da Marquesa e Casa nº. 1) (JULIANI, 1996). Os vasilhames cerâmicos resgatados nesses sítios, por exemplo, apresentam uma diversidade de estilos decorativos comuns nos sítios históricos coloniais conhecidos no Brasil, como o padrão inciso, o inciso em barra, o escovado e o pintado, sendo comum, ainda, a presença de apêndices (vide **Figura 5.3.16.2-1**).



Figura 5.3.16.2-1: Cerâmicas históricas provenientes de pesquisas arqueológicas nas casas rurais paulistas de São Paulo (Acervo Setor de Arqueologia PMS/SMC/DPH).

No centro histórico de São Paulo também foram pesquisadas áreas de descarte (antigos lixões) relacionadas ao século XIX. O monitoramento arqueológico das obras de revitalização do Vale do Anhangabaú, no início da década de 1990, e posteriormente, da avenida Senador Queiroz, por exemplo, possibilitou o resgate de quantidades consideráveis de materiais associados a tralhas domésticas, notadamente louças européias e garrafas e frascos de vidro, utilizados para o armazenamento e comercialização de bebidas e medicamentos.

Em função do licenciamento ambiental das obras do trecho sul do Rodoanel foram descobertos novos sítios históricos. Em alguns desses sítios, entre 2006 e 2007, a equipe do professor Paulo De Blasis realizou escavações onde foram localizados vestígios cerâmicos, telhas e louças, cujos mais antigos foram datados do século XVIII.

Mais recentemente, no centro da cidade de São Paulo, na região conhecida como cracolândia, numa quadra de 7 mil metros quadrados, delimitada pelas ruas dos Timbiras, dos Andradas, Aurora e General Couto de Magalhães, foram encontrados mais de 2 mil fragmentos de vestígios arqueológicos enterrados, entre pratos, xícaras,oringas, vasos, potes e até penicos, além de muitos outros objetos, feitos de materiais como porcelana, cerâmica, louça e vidro.

Sobre os aldeamentos paulistas, consideradas peculiaridades (PETRONE, 1995), os seguintes apresentam contextos bastante semelhantes: Escada (Guararema), Barueri (acima), Pinheiro e São Miguel (São Paulo), Carapicuíba e outros. Com exceção do aldeamento de Pinheiros, os demais são sítios arqueológicos conhecidos, carecendo apenas o aldeamento da Escada de estudos sistemáticos. Ainda segundo o mesmo autor, esses possuem relação intrínseca com a

colonização do território paulista, onde os “nativos” em processo de “civilização”, eram reunidos em um mesmo território sobre a administração de ordens religiosas, principalmente jesuíticas, ou mesmo por leigos a partir do século XVII, após a nomeação de administradores pela Câmara de São Paulo.

Apesar de oficialmente não ser permitida a escravização de indígenas, a requisição de mão-de-obra indígena para trabalhos em esfera pública, ou mesmo a contratação por particulares junto aos *administradores* de seus índios tutelados, configurou-se em prática recorrente, não sendo incomum o estabelecimento dos aldeamentos próximos a grandes propriedades rurais, principalmente no caso dos aldeamentos religiosos. Também se estabelece como critérios para os aldeamentos dois fatores funcionais: A necessidade de defesa dos Campos de São Paulo de Piratininga frente a grupos indígenas “não civilizados” e as áreas correspondentes a aldeias pré-existentes, tendo em vista o aproveitamento de trilhas e vias já conhecidas pelos não europeus, muito utilizadas pela atividade bandeirista.

Pesquisas desenvolvidas no aldeamento indígena de Barueri (SCATAMACCHIA & FRANCHI, 2001), por exemplo, trouxeram à luz novos conhecimentos sobre os indígenas ocupantes da bacia do alto Tietê quando do contato com o europeu. A Aldeia de Barueri, originalmente ocupada por indígenas tupi e onde foi instalado um aldeamento de catequese por jesuítas portugueses, corresponde a um sítio arqueológico situado e implantado em alto terraço à margem direita do rio Tietê, numa posição geográfica peculiar, já no limite do trecho navegável do alto Tietê.

Caracteriza-se como um sítio arqueológico multicomponencial, apresentando edificação de relevância arquitetônica e cotas arqueológicas negativas preservadas. O material arqueológico coletado durante as escavações deste sítio está sob a guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Contudo uma pequena coleção deste material, representada por fragmentos cerâmicos de influência tupi e colonial brasileira, materiais construtivos e material ósseo, pode ser visitada no Museu Municipal de Barueri (vide Figuras 5.1-2 e 3).



Figuras 5.3.16.2-2 e 5.3.16.2-3: “Cerâmica indígena com decoração pintada pertencente à tradição tupi-guarani. Os fragmentos da esquerda são de pequenas tigelas e o da direita corresponde ao fragmento de um vaso grande, normalmente utilizado para a fabricação de bebidas e muitas vezes reutilizado como urna funerária” (SCATAMACCHIA & FRANCHI, 2004).

A mesma instituição também guarda documentação referente a artigos publicados em periódicos locais que fazem referência aos trabalhos arqueológicos ali desenvolvidos. Como o sítio arqueológico, localizado à rua Nossa Senhora da Escada, no bairro da Aldeia de Barueri, do qual é possível visualizar a estratigrafia arqueológica nas trincheiras abertas durante as escavações arqueológicas na área externa da capela (vide Figura 5.1-4 e 5).



Figuras 5.3.16.2-4 e 5.3.16.2-5: Implantação do sítio arqueológico do Aldeamento de Barueri e intervenções arqueológicas realizadas (SCATAMACCHIA & FRANCHI, 2004) e Sítio arqueológico Aldeia de Barueri (área externa), situação à época.

Outra amostra do valor científico para o conhecimento dos modos de vida e das soluções culturais resultantes do contato entre o catequizador e o indígena no contexto dos aldeamentos paulistas pode ser observada nos estudos desenvolvidos por Juliani *et alli* (2007) no Sítio Arqueológico do Aldeamento de São Miguel Paulista, notadamente na qualidade da cerâmica utilitária ali produzida (vide Figura 5.3.16.2-6).



Figuras 5.3.16.2-6: Capela de São Miguel, construção colonial jesuítica de 1622, implantado em patamar de média vertente da margem esquerda do rio Tietê.

Ao final de 2008, novas informações reforçaram o conhecimento do contexto da ocupação humana do bairro de São Miguel Paulista e da região leste paulistana, com o resgate arqueológico de achados de vestígios materiais que remetem aos séculos XVII ao XIX da

historia paulistana. Com o desenvolvimento da campanha arqueológica no Sítio São Miguel Paulista 1 (A LASCA ARQUEOLOGIA / CPTM, 2008), a equipe da A Lasca Arqueologia, concluiu, através da averiguação da ocorrência de artefatos de cerâmica e louças, semelhantes àqueles verificados no contexto de ocupação do Sítio Capela de São Miguel, que o local de deposição primária dos materiais encontrados estava situado nas proximidades da Capela, localizada a cerca de uma centena de metros em posição mais elevada em relação ao sítio estudado, de modo que as próprias obras de restauro e revitalização, tanto da Capela como do seu entorno, inclusive a Praça Aleixo Monteiro Mafra, poderiam ter gerado parte dos vestígios encontrados no sítio estudado. (vide Figura 5.3.16.2-7).



Figura 5.3.16.2-7: Exemplos de fragmentos de vasilhas cerâmicas do acervo do sítio São Miguel Paulista 1 – Extraído de A LASCA ARQUEOLOGIA / CPTM (2008).

No mesmo trabalho científico, outro sítio arqueológico também sofreu intervenções de resgate, apesar de apresentar uma cronologia bastante mais recente, datada a partir das décadas de 1920 a 1930, porém não menos importante, no salvamento arqueológico do Sítio Casa de Ferroviário, foram recuperados vestígios materiais que retratam parte da história da ferrovia no território paulista.

Enquanto isso, no município de Cajamar, extremo oeste da região metropolitana, a equipe da A Lasca Arqueologia também escavou no final de 2008 o sítio arqueológico denominado Sítio Juqueri, o qual apresentou vestígios materiais diversos, desde depósitos espólios recentes (entulhos) até fragmentos cerâmicos que remetem a uma ocupação que pode retroceder ao século XVII, estando, desse modo, de alguma forma ligada aos períodos das lavras minerárias nos territórios circunvizinhos à capital paulista. A análise laboratorial do material coletado no resgate científico e os relatórios finais ainda estão em curso, de modo que tal afirmação ainda não pode ser totalmente descrita com propriedade.

⇒ Contexto Etno-Histórico Regional (All e AID)

Segundo Nimuendaju (1981), a região de São Paulo era ocupada, no período colonial, por índios das famílias Jê e Tupi-Guarani, representadas pelos grupos predominantes, Kayapó e Guarani, respectivamente. Registra-se, também, uma ocorrência esparsa do grupo Tamoyo, na região das cabeceiras do rio Mogi-Guaçu.

Na época colonial, os grupos indígenas se distribuíam em quatro grandes regiões, assim divididas: a primeira, no território correspondente ao da Capitania de São Vicente, habitada no século XVI pelos Tupi, abrangia a faixa litorânea do Rio de Janeiro, estendendo-se até a Baixada Santista e parte do interior paulista. A segunda, situada entre o Vale do Paraíba e a serra da Mantiqueira, teria sua ocupação por grupos de troncos lingüísticos Jê, incluindo outros grupos além dos Puri, conhecidos como Guayaná e Maromi. Os Guayaná seriam os ancestrais

dos Kaingáng³ e teriam oferecido grande resistência ao avanço da lavoura cafeeira no oeste paulista durante o século XIX. A terceira região, a oeste da capitania, revelou a presença de grupos não-tupi de menor destaque. Para o sul e sudoeste, os Guarani seriam os grupos dominantes (Monteiro, 1984).

Se os tupi são associados aqueles que falavam a língua geral (SAMPAIO, 1911), conhecida ao longo da costa, de norte a sul, os tapuia eram os que não compreendiam ou não falavam essa língua. Segundo Monteiro (1984), na atual região metropolitana de São Paulo estavam localizados, sobretudo, os indígenas de fala tupi: os chamados Tupiniquim.

Em termos de classificação linguística e etnográfica, os Guaianá foram por vezes identificados com os Tupiniquim e, por outras, considerados como tribo de classificação étnica e linguística não Tupi (prováveis ancestrais dos Kaingáng, de família linguística Jê). Os Guaianá foram descritos como:

“[...] gente de pouco trabalho, muito molar, não usam entre si lavoura, vivem de caça que matam e peixe que tomam nos rios, e das frutas silvestres que o mato dá: são grandes flecheiros e inimigos de carne humana.” (MONTEIRO, 1984)

Os Tupiniquim, contrariamente, “entrosavam-se as atividades da caça e pesca com as da lavoura, esta realizada com recursos bastante rudimentares e segundo o sistema da coivara” (SCHADEN, 1954). Eram guerreiros, sendo a cultura tupi associada à caça de inimigos para o sacrifício ritual e o consumo antropofágico.

Outras diferenças marcantes são assinaladas, no que se refere à cultura material. Os Tupi dormiam em redes e os Guayaná sobre esteiras no chão. Também o enterramento dos mortos em igaçabas de cerâmica, dispostas próximas às cabanas ou em seu interior, distinguia os Tupi de seus vizinhos. Suas vasilhas de cerâmica eram confeccionadas pela técnica do acordelamento, apresentando-se simples ou decoradas com motivos pintados, digitais, ungueais, impressos, estriados, roletados, nodulados ou incisos. As formas e tamanho das vasilhas variavam de acordo com suas funções.

Ainda em relação à constante presença dos indígenas Tupi-Guarani e outras tribos na região, é uma importante referência o fato de que, na Capitania de São Vicente e no local onde foi fundada a vila de São Paulo, no século XVI, terem sido registradas diferentes formas de organização social e territorial. No caso dos Guayaná, estes ficaram conhecidos como grupos nômades “habitantes das serras”; e teriam como sustento a caça e a coleta, já os Tupiniquim eram considerados sedentários e detinham conhecimentos de práticas agrícolas (Monteiro, 1984).

Hoje, parece haver consenso em torno do fato de que o território compreendido pela maior parte da atual região metropolitana de São Paulo era ocupado efetivamente por tribos Tupiniquim, estando os Guaianá localizados mais a nordeste e os Maromimi ou Guarulhos nos contrafortes da Mantiqueira.

No período colonial, a distribuição destes grupos foi profundamente modificada, tanto pelo extermínio dos índios, quanto pelos deslocamentos forçados a partir dos avanços dos portugueses para o interior.

Freitas (1911) cita que o arranjo da distribuição espacial indígena acima descrita, encontrada pelos portugueses que chegaram às terras paulistas no início do século XVI, devia ser

³ É importante ressaltar que a denominação Kaingáng está associada aos índios Coroados de São Paulo (GAGLIARDI, 1989: 63).

relativamente recente, conforme se depreende de um documento manuscrito encontrado na biblioteca de Évora, de autoria atribuída ao Padre José de Anchieta, no qual se menciona terem os tupi se assenhoreado dos campos de Piratininga depois de bater e repelir para o interior os Guaianá.

De qualquer modo,

“[...] convivendo, guerreando ou evitando-se no início do século XVI, estes antigos habitantes da região paulista acabaram compartilhando uma experiência em comum: o trágico encontro com a civilização européia. Cada grupo reagiu de maneira distinta, alguns se defendendo, outros se entregando, mas o resultado em longo prazo não variou. De todos esses povos, restam hoje apenas vestígios toponímicos.” (MONTEIRO, op.cit.).

Segundo Petrone (1964), a ocupação do Planalto Paulistano, no século XVI, pelos colonizadores, foi definida pelas condições já aproveitadas pelo povoamento indígena da região sudeste do Brasil, para o qual esta área exercia função de centro demográfico:

“A utilização da baixada litorânea e das terras do planalto pelo ameríndio e a definição de vias de circulação entre essas duas áreas, implicaram em um longo processo, que levou a uma determinada organização do espaço. Os primeiros colonos europeus, por sua vez, já não encontraram quadros naturais intactos, mas parcialmente modificados, aos quais reagiram com novos processos, aproveitando, entretanto, a experiência ameríndia”.

Corroboram com essa colocação relatos de jesuítas que afirmam que, quando aqui chegaram, encontraram muitas aldeias indígenas assentadas em patamares próximos aos grandes eixos fluviais. Estes eixos representavam, além da possibilidade da pesca, as principais vias de circulação, também utilizadas pelos primeiros colonizadores que, vindos do litoral, visavam alcançar o local escolhido para implantação da Vila de São Paulo.

O desenvolvimento da colonização européia afeta os contatos amigáveis estabelecidos entre portugueses e indígenas tupi no início do século XVI, em decorrência do apresamento para uso como mão-de-obra escrava e da prática de confiná-los em aldeamentos, nos quais podiam ser contratados como servos. Isto provocou a fuga em massa dos Tupi, que se dirigiram do litoral para o alto Tietê e para o alto Paraíba.

O local escolhido pela Companhia de Jesus no planalto paulistano para a instalação do Colégio e da Igreja do Senhor do Bom Jesus, em 1554, visando a catequização indígena, foi um sítio na colina localizada na confluência do rio Tamanduateí com o ribeirão Anhangabaú (Almeida, s/d), onde se situava: “[...] o principal assentamento tupiniquim na época da chegada dos europeus [...] o do chefe Tibiriçá, certamente o mais influente líder indígena da região” (MONTEIRO, 1994).

Conforme Almeida (1961), São Paulo de Piratininga foi o quarto povoamento instalado na Capitania de São Vicente. Os primeiros foram as Vilas de São Vicente (1532) e Santos (1539), no litoral. O terceiro, o arraial de João Ramalho, Santo André da Borda do Campo (1553), caracterizou-se como importante ponto de apoio à conquista do planalto (SIMÕES Jr., 2005).

No início da colonização, no povoado de Santo André, vivia João Ramalho, genro do cacique Tibiriçá, que dispunha de numerosos aliados indígenas e dominava larga extensão dos campos de Piratininga. Juntamente com seus sócios, dedicava-se ao apresamento e comércio de escravos indígenas, negociados e exportados no litoral (SILVA, 1955).

Pouco depois, os jesuítas fundam, nos campos de Piratininga, o Colégio de São Paulo, núcleo em torno do qual se instala o vilarejo, que logo iria se sobrepor ao de Santo André, que acabou

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

sendo desativado e seus moradores transferidos para São Paulo de Piratininga, aonde se concentraram os povoadores do planalto.

As cartas deixadas pelos jesuítas informam que eles foram convidados pelos indígenas a se estabelecerem junto à sua aldeia (ROCHA F^o, 1992). Nos dizeres desse autor:

“[...] havia um interesse econômico por parte dos índios, pois eles sabiam que os jesuítas lhes forneceriam as ferramentas de que eles precisavam para trabalhar a terra e produzir seus artefatos [...]”.

Segundo Monteiro (1994), duas outras aldeias se destacam nos relatos da época, ambas chefiadas por irmãos de Tibiriça: a de Jerubatuba, chefiada por Caiubi, localizada cerca de doze quilômetros ao sul de Inhapuambuçu, nas proximidades do futuro bairro de Santo Amaro, e a de Ururaí, chefiada por Piquerobi, situada seis quilômetros ao leste de Inhapuambuçu, a qual tornou-se, mais tarde, a base do aldeamento jesuítico de São Miguel.

O povoamento do território paulista pelos portugueses se consolidou, efetivamente, durante o século XVIII. No entanto, o conhecimento daquela vasta região, o chamado sertão, teria início a partir das incursões realizadas desde o século XVI. Estas investidas possibilitaram a abertura do interior da colônia através de três importantes caminhos. Um seguia pelo Vale do Paraíba e serviu de rota das expedições para Minas Gerais e para o norte e nordeste brasileiro. Um segundo caminho, passando por Campinas e Moji Mirim, se dirigia a Minas Gerais e Goiás. Outra entrada para interior buscava alcançar a região sul, atravessando Sorocaba e Itapetininga (Ellis, 1989). O centro de conversão desses caminhos era a vila de São Paulo de Piratininga (1554/1560), importante intermediária na comunicação entre o litoral e o planalto (vide Figura 5.2-1).

“Se a situação geográfica de São Paulo de Piratininga como centro de entroncamento de rotas de penetração para o interior influiu na expansão sertanista, não menos importante nesse sentido foi a Serra do Mar. Dificultando pela sua aspereza o livre trânsito entre o planalto e o litoral, fez com que a vila de Piratininga se voltasse inteiramente para o sertão, onde o paulista ia buscar o ‘remédio para sua pobreza’: o índio.” (Ellis, 1989).

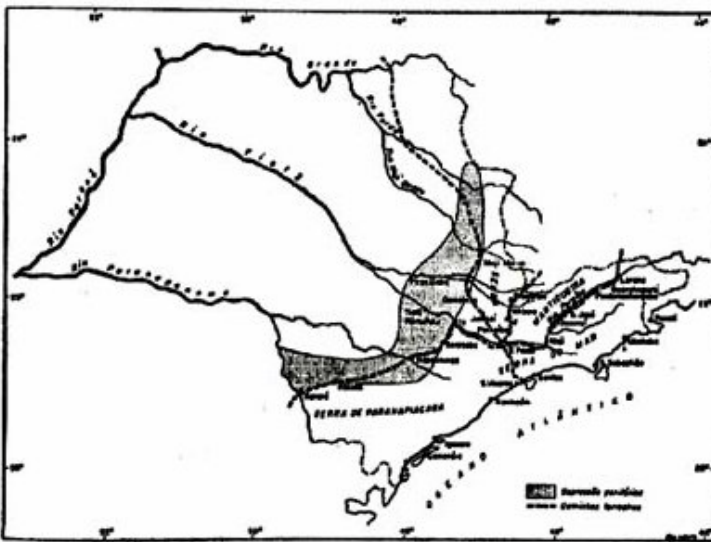


Figura 5.3.16.2-8: Os caminhos para a interiorização do sertão paulista a partir do século XVI e XVII. Fonte: ELLIS, 1989: 283p.

Os primeiros colonos na região ocuparam-se, portanto, da escravidão indígena com uma das principais atividades econômicas. Conforme estudos sobre esta época, os paulistas teriam desenvolvido um mercado abastecedor de índios para os engenhos de açúcar, localizados em São Vicente e no Rio de Janeiro e esse comércio de escravos indígenas também teria se expandido para o Nordeste, igualmente abastecendo seus engenhos, quando fosse reduzida a oferta de mão-de-obra de escravos negros. Sua verdadeira importância comercial, porém, residiria no uso destes braços para o trabalho nas fazendas locais. Conforme explica Monteiro:

“(...) a principal função das expedições residia na reprodução física da força de trabalho e não, conforme se coloca na historiografia convencional, no abastecimento dos engenhos do litoral, embora alguns cativos tenham realmente sido entregues aos senhores de engenho. Portanto, ao contrário de outros sistemas de apresamento e fornecimento de mão-de-obra – onde o tráfico africano é o exemplo mais notável -, os paulistas não exerceram o papel de intermediários no comércio de cativos, sendo antes tanto fornecedores como consumidores da mão-de-obra que este sistema integrado produzia. (...) A viabilidade desse esquema começou a declinar com o aumento das distâncias, da resistência indígena e dos custos envolvidos. O resultado deste processo foi, inevitavelmente, um vertiginoso declínio do retorno das viagens. O sertanismo predador, sem dúvida, não constituía um negócio no sentido de que se revestiu o tráfico negreiro. De qualquer modo, descontadas as diferenças em termos de organização, cada qual teve uma importância fundamental na elaboração de uma sociedade escravista.” (Monteiro, 1984:98).

Os índios eram utilizados em pequenas lavouras e também como carregadores. Devido à rápida extinção de algumas tribos indígenas aumentava o número de expedições chamadas de bandeiras, que procurava por cativos cada vez mais em áreas longínquas. Neste sentido, novos caminhos e povoados seriam abertos e fundados.

A atividade bandeirista de apresamento foi extremamente favorecida pelo fato de a Vila de São Paulo de Piratininga se encontrar em posição geográfica extraordinariamente vantajosa, favorecida, segundo Prado Jr. (1998), por um relevo suave e vales largos que procuram o interior do país, além de a região contar com os caminhos indígenas, que, segundo Marcílio (1973), além de partir em todas as direções, indicavam o meio de transpor os obstáculos topográficos.

Também os rios eram importantes estradas nessa época. Segundo Sampaio (1978),

“Descendo o rio para baixo de S. Paulo, tocava-se primeiro no sítio de Nossa Senhora da Esperança com um aldeamento fundado por Manoel Preto, e que veio a ser depois a capela e povoação de Nossa Senhora da Expectação do Ó; deixava-se pouco mais abaixo, à esquerda, o sítio de Emboaçava, de Afonso Sardinha, e podia-se ir até as primeiras lavouras de Parnaíba se não preferisse desembarcar no porto de Carapicuíba, ou entrar pelo Geribatiba para ir visitar Pinheiros e mais além Ibirapuera no mesmo sítio em que ora está Santo Amaro”.

Sobre as incursões em busca de ouro, estas vinham se fazendo, até então, pela capitania da Bahia. Porém, tão logo foi descoberto o caminho por São Paulo, elas seguiam por esta região, conferindo aos paulistas a hegemonia na ocupação do território. Este domínio, por outro lado, somente seria ameaçado a partir de 1700, quando se tornou incontável o fluxo migratório para as minas de ouro.

A partir do final do século XVI a zona rural de São Paulo se estendeu consideravelmente, sendo que na segunda metade do XVII, os sítios e fazendas já se estendiam por Carapicuíba, Cotia e Parnaíba (BRUNO, 1984).

Nas fazendas foi contínua a produção de gêneros alimentícios para abastecimento da cidade de São Paulo. Segundo Mawe, que percorreu os arredores de São Paulo em 1809:

“[...] a fertilidade da região que circunda São Paulo pode ser avaliada pela quantidade de produtos com os quais, como afirmei, abarrotam o mercado. Há quase um século, este terreno era rico em ouro, e foi somente quando o exauriram, pela lavagem, que os habitantes pensaram em dedicar-se à lavoura.” (MAWE, 1978).

O ouro a que Mawe faz menção era o ouro aluvionar, explorado do final do século XVI ao início do século XIX. Embora modestas, em comparação com as ricas minas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, as lavras paulistas tiveram certa expressão na economia colonial paulista, em especial no século XVIII. A localização das antigas lavras de ouro no território da atual região metropolitana de São Paulo é fornecida por Knecht (1950), a saber: São Paulo, Santana de Parnaíba (junto ao Ribeirão Itaim, na divisa com São Paulo), Cajamar, Franco da Rocha, Caieiras, Guarulhos e Suzano.

O primeiro marco importante da região é conhecido como “ciclo do açúcar paulista”, que vai do século XVIII até a primeira metade do século XIX. O aumento da demanda por açúcar na Europa e a desorganização da produção nas colônias francesas na última metade do século XVIII criaram condições externas favoráveis para a exportação. No início do século XIX, a exportação de açúcar já era a atividade mais importante da economia paulista.

A exploração açucareira promoveu o povoamento da região, a criação e o crescimento dos núcleos urbanos, além de concorrer para a diversificação do sistema viário. Essa atividade lançou as bases de uma estrutura agrária que viria a sustentar por um longo período a produção de café. O auge da produção de açúcar na província de São Paulo ocorreu por volta de 1850; a partir daí, a produção e a exportação de café tomariam o lugar do açúcar como principal atividade econômica (CARMO, 2001).

Durante a primeira metade do século XIX, a lavoura cafeeira foi sustentada pela mão-de-obra escrava. Com a pressão inglesa e a segunda Revolução Industrial⁴, entretanto, não cabia mais na economia mundial uma produção baseada em relações escravistas. Neste sentido, as leis de proibições do tráfico negreiro e as pressões internas e externas ocasionaram uma ruptura no sistema político e econômico do país. Em 1888, foi abolido o trabalho escravo e um ano depois seria proclamada a República no Brasil.

A produção de café sofreria outra influência, adaptando-se a nova realidade com a contratação de imigrantes. O grande obstáculo da produção cafeeira, entretanto, era seu transporte para os portos de exportação. A saída encontrada pelo governo e investidores foi a ampliação das vias de acesso entre o interior e o litoral, através da criação de uma malha ferroviária. A proliferação dos trilhos foi altamente significativa no período.

Muitas das fábricas que surgiram em São Paulo no final do século XIX esboçaram a formação de alguns bairros fabris, como é o caso do bairro Água Branca, que de local rural, embora de ocupação antiga, foi transformado nas primeiras décadas do século XX.

Nas palavras de Washington Luís⁵ (*in*: AZEVEDO, 1958), até o primeiro quartel do século XVIII, a cidade de São Paulo, “ocupava a área contida pelo colégio dos Jesuítas, pelos convento de São Bento, São Francisco e Carmo; além dessa área, as casas iam rareando, já apareciam as chácaras, os sítios, as fazendas”.

⁴ Algumas correntes historiográficas denominaram como primeira Revolução Industrial as mudanças ocorridas na produção inglesa em 1750 e o surgimento da mentalidade capitalista. A Segunda Revolução Industrial em 1850 corresponderia à fase de consolidação do capitalismo e o aumento da utilização de máquinas na produção.

⁵ Capitania de São Paulo. 2ª edição, Cia Editora Nacional, 1938, p.25-26.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

Essa situação perdura até o último quartel daquele século, quando ocorre o desenvolvimento econômico do planalto paulista em decorrência da expansão do café, da multiplicação das vias férreas e da entrada do imigrante europeu, sobretudo o italiano (o recenseamento de 1890 demonstra a duplicação da população em vinte anos).

A cidade passa a se expandir e surgem inúmeros bairros. O bairro Água Branca, entretanto, continua isolado, considerado subúrbio da capital paulista, para, nas primeiras décadas do século XX, ganhar *status* de bairro periférico (AZEVEDO, *op. cit.*).

As figuras a seguir, coletadas em AZEVEDO (*op. cit.*), ilustram a expansão da cidade nesse curto período de tempo.

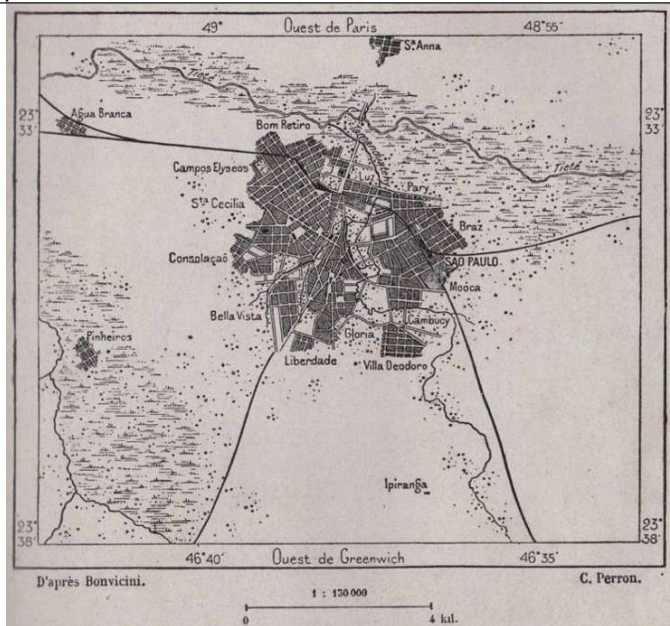


Figura 5.3.16.2-9 - São Paulo em 1890 (Mapa reproduzido da “Géographie Universelle” de Élisée Reclus).

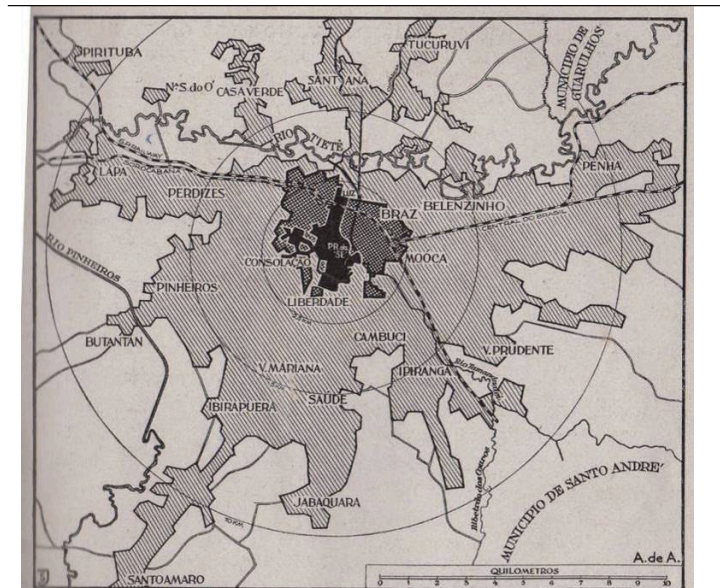


Figura 5.3.16.2-10: Limites da cidade de São Paulo em 1945, comparados com os de 1890 (quadriculado) e 1874 (em preto).

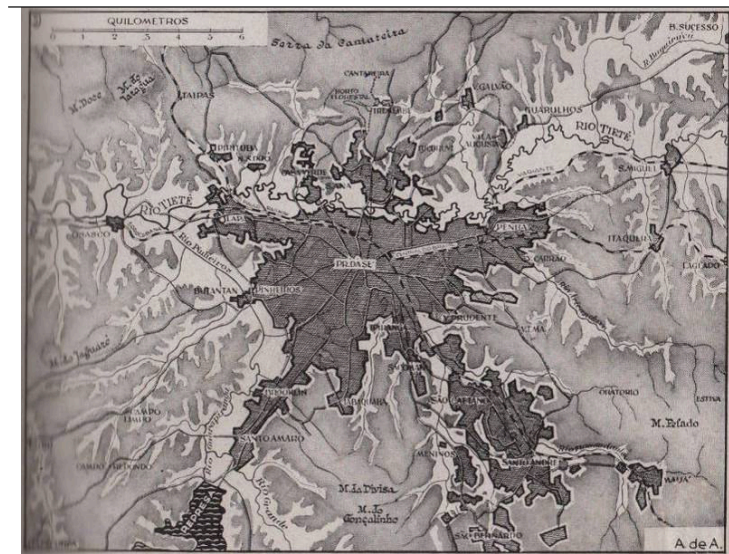


Figura 5.3.16.2-11: Os subúrbios de São Paulo, em 1945.

⇒ **Contexto histórico e ocupação da área (AID)⁶**

A Barra Funda é um distrito tradicional da região oeste do município de São Paulo, com 5,6 km² de superfície, subordinado à subprefeitura da Lapa. Apesar da pequena superfície, o distrito possui em seu território o Terminal Barra Funda, o Memorial da América Latina, o Estádio Palestra Itália, pertencente ao clube de futebol Palmeiras, os Centros de Treinamento (CT) do mesmo Palmeiras e do São Paulo F.C., os estúdios da Rede Record de Televisão, além do parque de diversões Playcenter.

Situado em uma área de várzea ao sul do rio Tietê, cortada desde o século XIX por duas ferrovias (Santos-Jundiaí e Sorocabana), foi durante muitos anos uma região de vocação industrial. Atualmente se tornou uma zona de classe média e pequenos escritórios. Em seu limite se encontram o Parque Fernando Costa (Parque da Água Branca) e o terminal rodoviário da Barra Funda, que funciona junto com a estação terminal da Linha 3 (vermelha) do Metrô de São Paulo.

Foi retratada na obra de Alcântara Machado "*Brás, Bexiga e Barra Funda*", que aborda o cotidiano das classes proletárias da cidade de São Paulo na primeira metade do século XX. Por volta de 1850, a região que corresponde atualmente à Barra Funda fazia parte da antiga Fazenda Iguape, propriedade de Antônio da Silva Prado, mais conhecido como Barão de Iguape. Essa fazenda depois de loteada deu origem a várias chácaras, entre elas a Chácara do Carvalho, pertencente ao Conselheiro Antônio Prado, neto do Barão de Iguape, e que mais tarde se tornaria prefeito da cidade de São Paulo.

A importância da família e a grandiosidade dessas terras podem ser expressas pelo fato do Conselheiro Prado ter contratado Luigi Puci, responsável pelo projeto do Museu do Ipiranga, para projetar a casa sede da chácara.

⁶ Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Barra_Funda_\(distrito_de_São_Paulo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Barra_Funda_(distrito_de_São_Paulo))

Anos depois, a chácara também foi loteada e sua Casa Sede foi adquirida pelo Instituto de Educação Bonni Consilii (que ainda situa-se no local). As outras áreas loteadas deram origem ao distrito da Barra Funda e a parte dos atuais distritos da Casa Verde e Freguesia do Ó.

Logo após o loteamento da área, os primeiros a povoarem a região foram os italianos. Trabalhavam em serrarias e oficinas mecânicas, principalmente para atenderem a população do elitizado bairro vizinho dos Campos Elísios. Muitos também trabalharam na ferrovia que seria inaugurada no final deste século.

O desenvolvimento maior da região ocorreu após a inauguração da Estação Barra Funda da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1875, funcionando como escoamento da produção de café paulista e também como armazém dos produtos que eram transportados do porto de Santos para o interior.

Isso incentivou o aumento populacional e a ocupação da região e de seus arredores, que se intensificou com a criação, em 1892, da São Paulo Railway inaugurada próxima à Estrada Sorocabana, justamente onde se encontra atualmente o Viaduto da Avenida Pacaembu.

O crescimento demográfico na região proporcionado pela ferrovia fez com que essa passasse a transportar, a partir de 1920, não apenas cargas, mas também passageiros. A partir do século XX a população negra começou a povoar a região, alterando a característica essencialmente italiana da Barra Funda.

O primeiro bonde elétrico de São Paulo foi lançado em 7 de Maio de 1902, ligando a Barra Funda ao Largo São Bento. Neste trajeto, passava através das ruas Barra Funda, Brigadeiro Galvão, até seu ponto final, na rua Anhangüera.

Esse desenvolvimento comercial do bairro, aliado à grande facilidade no transporte e à proximidade dos elitizados bairros de Higienópolis e Campos Elísios, fez com que parte da elite paulista da indústria e do café se instalasse nessa região ao sul do bairro, entre a linha férrea e as margens do rio Tietê. Outro fator que colaborou para o desenvolvimento da Barra Funda foi a proximidade com o Parque Industrial das "Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo", instalado no bairro da Água Branca, em 1920.

As Indústrias Matarazzo empregavam boa parte da população da região, assim como em grande parte da cidade e foram a base do conhecido "Império Matarazzo", que foi se enfraquecendo até se extinguir na década de 80.

O desenvolvimento da região sofreu um forte abalo com a crise de 1929, que resultou no fechamento de indústrias e deslocamento da elite dessa região, abandonando seus casarões (alguns se tornaram cortiços mais adiante). Restou basicamente a indústria artesanal com oficinas, marcenarias, serraria ou indústrias alimentícias e têxteis de pequeno porte.

Apesar das aparentes dificuldades, foi nesta época que a Barra Funda viveu uma época de grande manifestação cultural. O bairro expôs para o país grandes paulistanos como Mário de Andrade, que nasceu e viveu no bairro, que conserva até hoje sua antiga residência. Em 1917 foi inaugurado o Teatro São Pedro. Três anos depois, o Palestra Itália de São Paulo comprou um terreno em que foi construído o Estádio Palestra Itália, pertencente ao clube que em 1942 mudaria seu nome para Sociedade Esportiva Palmeiras.

A Barra Funda também foi palco da criação do mais antigo cordão de carnaval da cidade: o Grupo Carnavalesco Barra Funda. A partir desse grupo foi formada, mais adiante, a Escola de samba Vai-Vai, uma das mais tradicionais da cidade, instalada no antigo bairro do Bexiga (hoje

parte do distrito da Bela Vista). O Grupo mudaria seu nome nos anos seguintes e finalmente, mudou o nome em 1953 para o atual Camisa Verde e Branco e mantém sua sede no distrito.

A partir da década de 1970 começou a migração nordestina para a região e a atividade industrial, anteriormente um dos grandes pontos fortes da Barra Funda, diminuiu sensivelmente. Essa situação começou a mudar apenas no final da década seguinte, com a construção do Terminal Intermodal Barra Funda, um dos maiores do país e com importância semelhante ao Terminal Tietê, pois reunia todos os tipos de transporte coletivo existentes na capital paulista: metrô (com a inauguração da estação terminal da linha 3 - Barra Funda), trens das antigas linhas Sorocabana e Santos-Jundiaí, além de ônibus para viagens municipais, intermunicipais e internacionais. Neste mesmo ano (1989) foi concluída a construção do Memorial da América Latina, um grande reduto cultural inaugurado sobre o antigo Largo da Banana e projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Tais obras trouxeram novo desenvolvimento ao bairro, com a revitalização de imóveis antigos, novos estabelecimentos comerciais e inclusive a instalação dos estúdios da Rede Record de televisão, a mais antiga do país em atividade, em 1995. O distrito possui também desde 1973 o Playcenter, maior parque de diversões da cidade.

⇒ **Evolução urbana do bairro Água Branca**

Pelos caminhos indígenas

Estudos arqueológicos indicam que, antes da chegada dos europeus, a atual região paulistana foi intensamente ocupada por diversos grupos indígenas, sendo um importante local de confluência de caminhos. Haveria assim, um intrincado sistema de trilhas interligando aldeias, levando ao litoral e ao planalto.⁷

O século XVI foi marcado pela chegada dos portugueses. Em 1554, a Companhia de Jesus iniciou a catequização dos indígenas no planalto de Piratininga, fundando o Colégio de São Paulo. Os caminhos indígenas passaram então a ser utilizados também pelos europeus – tornando-se assim importantes vias para a sua comunicação e deslocamento.

Entre os séculos XVI e XVII, a oeste da vila de São Paulo, foram fundados três núcleos: Nossa Senhora dos Pinheiros, por José de Anchieta; Embuaçava, na região de confluência entre os rios Tietê e Pinheiros, local onde a Câmara Municipal deliberou a edificação de uma fortaleza para a defesa da vila, em 1590; e Nossa Senhora do Ó, paragem por onde passavam os sertanistas em direção às minas do Jaraguá⁸. Ao redor destes pontos formaram-se uma pequena e dispersa povoação.

Pra interligar os núcleos supracitados havia um caminho que partia do piques (Largo da Memória) na vila de São Paulo, passava pelas Ruas da Palha (atual Sete de Abril) e do Arouche; seguia na atual Rua Sebastião Pereira e, em seguida, orientava-se pelo leito da futura Rua das Palmeiras até sair nas proximidades do córrego da Água Branca, onde se bifurcava em direção à Pinheiros, Embuaçava e Jaraguá⁹.

Este caminho tornou-se importante durante o ciclo do açúcar, no século XVIII, expandindo-se até Jundiaí e Campinas. Sendo o açúcar uma mercadoria frágil, foi necessário que tal caminho

⁷ CAMPOS, Eudes. A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos. *Revista do Arquivo Histórico*. São Paulo, DPH, v.204, 2006, p.12.

⁸ SANTOS, Wanderley dos. *Lapa*. Série História dos bairros de São Paulo. São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo, SMC-DPH/ Divisão do Arquivo Histórico, 1980, p.16.

⁹ CAMPOS. *Op. cit*, p.28.

fosse adequado para a passagem das tropas, ocasionando a criação de ranchos, pousadas e pastagens para animais, em suas imediações. Assim, os locais do seu entorno especializaram-se para atender a essa demanda, sendo um deles o chamado pousa da Água Branca. A seu respeito, o viajante francês Saint-Hilaire comentou:

A cerca de meia légua da cidade encontra-se um rancho real – o de Água Branca, – extraordinariamente cômodo para os viajantes, que, em São Paulo, tanta dificuldade têm em encontrar alojamento¹⁰

Nos tempos das chácaras: a incipiente ocupação oeste

Entre os séculos XVI a XVIII, muitas sesmarias foram doadas a colonos nas proximidades da vila de São Paulo. Estes arrendatários praticavam a mineração, a agricultura e a pecuária e produziam tijolos e telhas em suas olarias nas imediações dos rios. Tal processo de ocupação teve como consequência a progressiva expulsão dos índios.

Em 1561 uma grande sesmaria fora doada aos jesuítas por Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente. Tal área compreendia a porção a oeste da vila de São Paulo até a região do Embuaçava, beirando a margem esquerda do Tietê. A descrição do local relatava uma paisagem de matas com animais – antas, capivaras, pacas, etc.¹¹

Ao longo do tempo a sesmaria citada foi se transformando em fazendas e sítios, por iniciativa dos próprios jesuítas ou de terceiros, a quem arrendavam parte do terreno. Entre esses sítios destacavam-se: o denominado Sítio do Pacaembu, cultivado pelos padres, compreendido entre o ribeiro de mesmo nome e o córrego da Água Branca; e a Fazendinha da Lapa, local onde os jesuítas procuraram cultivar vinha e açúcar, mas, sem sucesso, o trocaram, em 1743, por outro terreno em Cubatão. Outros sítios jesuítas passíveis de menção nestas paragens seriam: Sítios Mandi, Tabatinguá e Itaperepú¹².

Em 1759, após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, o Real Fisco incorporou grande parte do antigo terreno jesuíta e, com o passar do tempo, algumas terras foram doadas. Contudo, em 1850, entrou em vigor a nova lei de terras, que rompeu com o processo de doação de terras pelo poder público a quem manifestasse interesse, estabelecendo o acesso às mesmas mediante a compra.

Logo após a lei de terras, em 1854, de acordo com os registros da Paróquia de Santa Iphigênia, havia quatorze proprietários, que declararam possuir terras no local denominado Água Branca (ou Agoa Branca, conforme a grafia utilizada).

Além destes, mais seis proprietários não declararam o nome do local, mas sua descrição permitiu inferir que os terrenos situavam-se na mesma região¹³. Tais terras eram denominadas como chácaras ou sítios, possuindo cunho rural.

Assim, do século XVI ao XIX, a extensa sesmaria jesuíta sofreu um processo de retalhamento, paulatinamente parcelada entre doações, herdeiros e vendas. Contudo, tal região manteve o caráter agrícola, acrescido das explorações avícola, oleira e da extração de areia.

¹⁰ LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971, p.37.

¹¹ PACHECO, Jose Aranha de Assis. *Perdizes: Série História dos bairros de São Paulo*. Prefeitura Municipal de São Paulo, SMC-DPH/ Divisão do Arquivo Histórico, 1980, p.20.

¹² SAMPAIO, David. *Evolução Histórica da Administração Regional da Lapa*. Trabalho técnico parcial. Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, Jun.2008.

¹³ RAMOS, Aluisio Wellichan. *Fragmentação do espaço da/na cidade de São Paulo: espacialidades diversas do bairro da Água Branca*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2001, p.60.

De maneira geral, os arrabaldes de São Paulo, tanto para o oeste, como para outras direções, configuravam um panorama de fazendas, chácaras ou áreas devolutas, cortados por caminhos para o interior e outras adjacências. Estas chácaras formavam um bloco relativamente compacto que circundava a cidade, um cinturão chacareiro, na expressão de Langenbuch.¹⁴

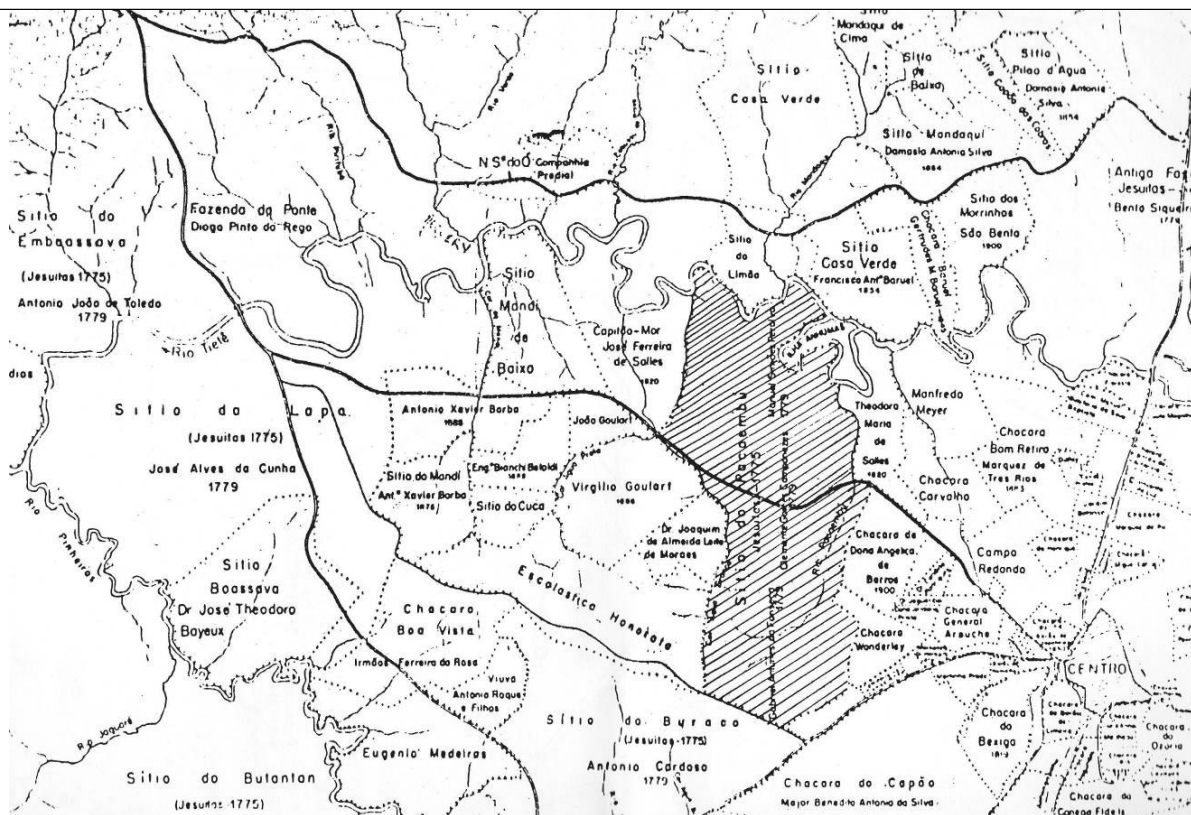


Figura 5.3.16.2-12: São Paulo – identificação das chácaras, sítios e fazendas que existiam ao redor da área central. In: PACHECO, José Aranha de Assis. *Perdizes*. Série História dos bairros de São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo, SMC-DPH/ Divisão do Arquivo Histórico, 1980.

A chegada da Ferrovia: a formação dos povoados-estação

O século XIX foi um período de intensas mudanças, entre elas ocorreu o declínio da economia açucareira e a expansão do café, que se tornou o principal produto de exportação brasileira e transformou o oeste paulista em seu grande produtor.

Outro fator importante foi a libertação dos escravos e a imigração de italianos, portugueses, espanhóis e japoneses, entre outros, que vieram trabalhar nas lavouras das fazendas. Além disso, no final deste século houve o início da industrialização brasileira.

Tais fatores geraram um grande crescimento populacional, de 1874 a 1900, a população de São Paulo passou de 23.253 habitantes para 239.820¹⁵.

Para atender a estas novas demandas, um novo sistema de transporte foi empregado – a ferrovia – que derrocou o sistema anterior das tropas. Entre 1862 e 1867 foi construída a

¹⁴ LANGENBUCH. *Op. cit.*, p.12

¹⁵ *Idem*, p.123.

primeira estrada de ferro paulista a São Paulo Railway - SPR ou popularmente "Ingleza". Esta ligaria Jundiaí a Santos, atravessando a cidade de São Paulo de norte a sul.

Na época de sua inauguração, contava com as seguintes estações: Jundiaí, Belém, Perus, Água Branca, Luz, Brás, Alto da Serra (Paranapiacaba), Raiz da Serra, Cubatão e Santos.¹⁶

Assim, a Água Branca contava com uma estação da São Paulo Railway desde a sua inauguração. Este local foi escolhido devido à sua posição estratégica, na bifurcação dos caminhos para a Freguesa do Ó, Pinheiros e para a cidade de Campinas.¹⁷

Igualmente importante para a região foi a instalação da Estrada de Ferro Sorocabana, fundada em 1872 e operante em 1875. Embora tivesse como destino um local diferente da São Paulo Railway, a Sorocabana também atravessava a região da Água Branca, mais precisamente: "(...) a várzea da Água Branca e Lapa"¹⁸. Na época de sua abertura, contava com as seguintes estações: Sorocaba, Piragibu, Pantojo, Itapevi, Barueri, Barra Funda e Luz.¹⁹

Embora a estação Barra Funda tivesse sido inaugurada junto com o primeiro trecho da linha, esta permaneceu como depósito e armazém por muitos anos, devido, provavelmente, ao domínio que a São Paulo Railway impunha no local até a década de 1920. A partir de então, a estação começou a embarcar e desembarcar passageiros.²⁰

Conforme indica Langenbuch²¹, a ferrovia colaborou na urbanização do entorno paulistano, pois ao redor de suas estações formaram-se povoados, mas estes permaneciam territorialmente separados da cidade. A ocupação efetiva, porém, demoraria ainda algumas décadas para se enraizar naquelas imediações.

A presença da estação da Água Branca propiciou a formação de um núcleo populacional em seu entorno. Com isso, criaram-se algumas melhorias na região, como uma agência postal em 1887 e três cadeiras de primeiras letras.²²

No mapa abaixo a Água Branca aparece como lugar isolado, com poucas construções ao redor do local da estação (situada logo após a bifurcação). Também nota-se o arruamento de Perdizes, que termina ao resvalar o Córrego da Água Branca.

¹⁶GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Estações ferroviárias do Brasil*. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acessado em: out.2009.

¹⁷ SANTOS. *Op.cit.*, p.45.

¹⁸ *Idem*, p.47.

¹⁹ GIESBRECHT, *Op.cit.*

²⁰ *Idem*.

²¹ LANGENBUCH. *Op.cit.*, p.104.

²² SAMPAIO. *Op.cit.*



Figura 5.3.16.2-13: Planta Geral da Capitania de São Paulo, 1897 (detalhe). In: PASSOS, Maria Lucia Perrone; EMÍDIO, Teresa. *Desenhando São Paulo: mapas e literatura 1877-1954*. São Paulo: SENAC; Imprensa Oficial, 2009, p.37.

Industrialização e urbanização no fim do século XIX e início do XX

Até as proximidades do final do século XIX, a Água Branca era um povoado-estação numa confluência de caminhos, possuindo caráter eminentemente rural, pouco povoado e arruado.

A urbanização da Água Branca está, pois, intrinsecamente ligada à industrialização. O panorama acima começou a mudar com a maciça chegada das indústrias entre 1880 e 1930 - período correspondente à primeira fase da industrialização paulistana.

A indústria optou por instalar-se nos subúrbios paulistanos, como na Água Branca, visto à disponibilidade de espaço, o baixo custo dos terrenos, a existência do transporte ferroviário e, em vários casos, a proximidade com o rio.

A partir de 1880 a Água Branca abrigou variados tipos de indústrias, desde pequeno porte até grandes multinacionais, de diversos setores, com amplo predomínio, porém, daquelas de bens de consumo não-duráveis. Nos subitens abaixo, seguem alguns detalhes das principais indústrias do local.

Companhia Antartica Paulista

A Companhia, situada na Avenida Água Branca, foi fundada em 1885 por Joaquim Salles para produzir gelo e banha. Em 1891, a companhia transformou-se em sociedade anônima e em 1893 o seu controle passou à empresa *Zerrener, Bullow e Cia*.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

A partir de 1891, a empresa abandonou a fabricação de banha e deu início à de cerveja. Juntamente com a maior concorrente local, a Cervejaria Bavária, eliminou o mercado dos pequenos produtores.

A indústria abrangia uma área de 6.000m², possuía cerca de 300 operários e contava ao fundo com as duas estradas de ferro – a Sorocabana e a São Paulo Railway. Possuía também vinte e quatro casas para operários e outras para superiores, que formavam um conjunto residencial.²³ Na porção sul do terreno, a empresa construiu o Parque Antarctica – espaço de recreação, aberto ao público, no qual a cervejaria realizava a promoção de seus produtos.

O local foi um dos mais importantes centros de lazer urbano, era dotado de aparelhos de ginástica, campo de futebol, rинque de patinação, quiosques, etc.

Entre 1903 e 1911 a Companhia Antarctica passou a integrar a Sociedade Anônima da Vidraria Santa Marina. Firmaram contratos de fornecimento de garrafas, o que impulsionou de forma significativa o crescimento de ambas as empresas.

Em 1904 a *Zerrenner, Bullow e Cia.* comprou a Cervejaria Bavária na Mooca e decidiu transferir suas instalações para este local. As antigas instalações fabris e grande parcela do terreno da Água Branca foram vendidas para as IRFM em 1919. A área do parque passou às mãos do Clube Palestra Itália, atual Sociedade Esportiva Palmeiras.



Figura 5.3.16.2-14: Fábrica de gelo e cerveja da Cia. Antarctica Paulista na Água Branca, 1888.
Fonte: Museu Paulista da USP. *Apud.* RAMOS, *Op.cit.* p. 76.

²³ RAMOS, *Op.cit.* p.75



Figura 5.3.16.2-15: Entrada do antigo Parque Antarctica na Av. Água Branca. Fonte: coleção de cartões-postais do Prof. Elísio de Oliveira Belchior. *Apud.* RAMOS, *Op.cit.* p. 78.

Vidraria Santa Marina

(tombada, CONPRESP - Resolução 26/04 e resolução 05/2009)

A Vidraria Santa Marina foi fundada em 1896 pelos sócios Elias Fausto Pacheco Jordão e Antônio da Silva Prado. Surgia então a sociedade Prado & Jordão, dedicada à fabricação de garrafas de vidro, atendendo a demanda das cervejarias Antártica, Bavária e Teutônica.

A indústria instalou-se em um terreno de cerca de 500.000m², do antigo Sítio do Mandy, localizado entre o Rio Tietê e a Estação da Água Branca. Lá contava com uma areia de boa qualidade, ideal para a manufatura do vidro branco.²⁴

Em 1900 a empresa produzia dez milhões de garrafas de vidro, seus fornos funcionavam vinte e quatro horas, todos os dias, exceto aos domingos, quando ficavam acesos apenas oito horas. Todas as dependências da fábrica eram dotadas de luz elétrica, fato singular no período. A empresa também contava com casas para funcionários e diretoria.²⁵

Em 1901 Jordão falece e Prado passa a ser o único dono do negócio até 1903, quando a empresa passa a se chamar S.A. Companhia Vidraria Santa Marina, nome que homenageava uma filha recém-falecida de Antônio Prado.

O processo de crescimento da companhia contou com uma série de associações, que permitiram que a Santa Marina diversificasse seus produtos e adquirisse novas fábricas. Atualmente a empresa pertence ao grupo francês Saint-Gobain.

²⁴ SAMPAIO, David. *Vidraria Santa Marina*. Trabalho técnico parcial. Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, Jun.2008.

²⁵ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Lugares da Memória*: banco de dados histórico-arquitetônico. Disponível em: http://www.pucsp.br/artecidade/site97_99/ac3/hist.html#barrafunda. Acessado em: Out.2009.



Figura 5.3.16.2-16:: Santa Marina – o início – em 1896. Fonte: Acervo da Divisão de Iconografia e Museus - DPH. *Apud.* Processo 2008-0.190.016.2; fl.124.

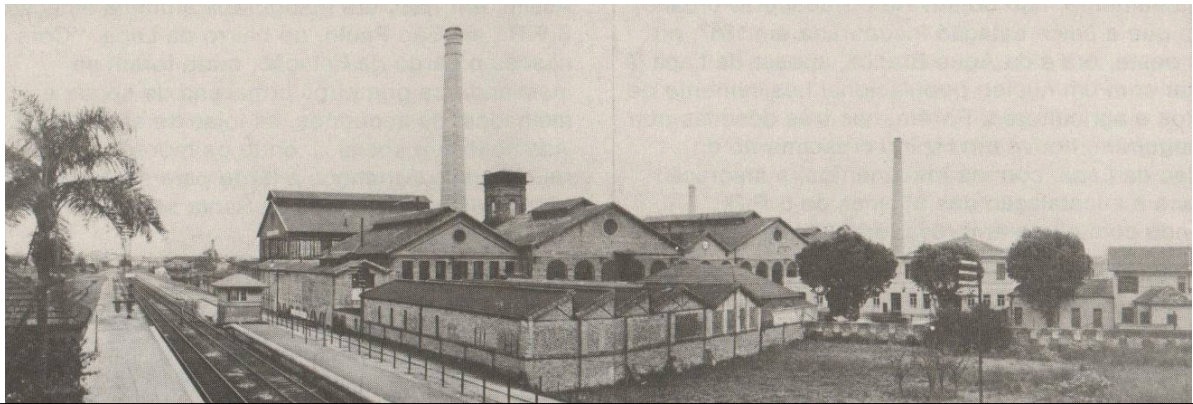


Figura 5.3.16.2-17: Vista da Vidraria Santa Marina, década 1930. Fonte: coleção Flávio Barcellos. *Apud.* SEGATTO, José Antonio (coord.). *Lapa: evolução histórica.* São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1988, p. 30.

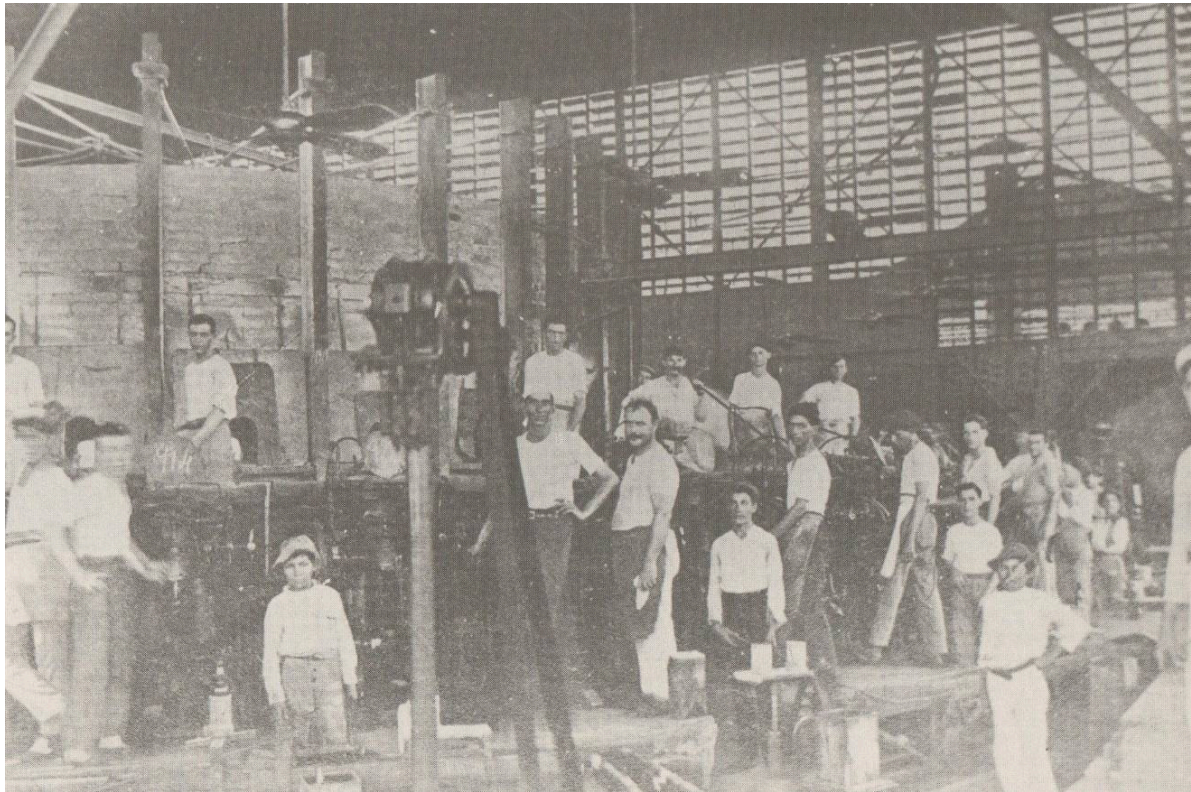


Figura 5.3.16.2-18: Trabalhadores no interior de um grande torno de garrafas da Vidraria Santa Marina, ~1919. *Apud. SEGATTO, Op.cit.,p. 35.*

Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo

(tombado, CONDEPHAAT, processo 24263/85, Res. 14 de 05/06/86; CONPRESP - [Resolução 05/1991](#) e Resolução 06/2002)

O complexo industrial da Água Branca marcou a expansão das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) na cidade de São Paulo e sua implantação se insere em um contexto de diversificação das atividades industriais do grupo. Até então, as IRFM concentravam-se na zona leste da cidade e restringiam-se à produção de farinha e tecidos.²⁶

O núcleo da Água Branca começou a ser construído em 1920, no terreno adquirido em 1919 da Companhia Antarctica. Este terreno era constituído por duas glebas descontínuas, sendo a primeira de 97.296m² e a segunda de 13.771m². A primeira delas tem sua frente voltada para a Av. Água Branca (atual Av. Francisco Matarazzo) e seu fundo margeado pelas estradas de ferro Sorocabana e SPR. Na segunda gleba foi instalada, em 1927, a Oficina Mecânica e de Fundição, local onde, décadas depois, foi construído o supermercado Superbom, para distribuir os produtos da companhia.

Neste núcleo funcionavam diversas unidades fabris, tais como: refinação de sal, de açúcar e de banha; destilaria de álcool e aguardente; fabricação de velas, glicerina, oleína, óleo de algodão, óleo de linhaça, óleo de rícino, óleo de coco, torta de sementes, sabões, sabonetes, perfumaria, inseticida e pregos.

Ali funcionavam, também, unidades de serraria, fundição, serralharia artística, oficinas mecânicas, laboratório químico e o almoxarifado geral. Os diversos setores do complexo

²⁶ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Op.cit.*

industrial eram interligados por passarelas internas e escoavam sua produção por uma linha de trem própria, ligada à SPR.

O núcleo teve seu auge em 1950 e a partir daí foi gradualmente encerrando suas atividades até ser definitivamente fechado em 1986.



Figura 5.3.16.2-19: Entrada principal do antigo núcleo de fábricas das IRFM da Água Branca. Apud. RAMOS, *Op.cit.*, p.80.

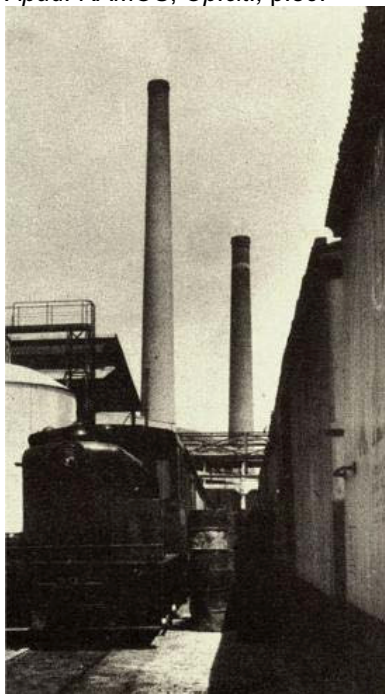


Figura 5.3.16.2-20 e 21: Antigas IRFM. Fonte: CASA DAS CALDEIRAS. Fatos que marcaram gerações - histórico. Disponível em: <http://www.casascaldeiras.com.br/>. Acessado em: Out.2009.

Inserindo-se a cidade: a urbanização efetiva

Na virada do século XIX para o XX, a Água Branca era um local isolado da porção compacta e continua da cidade, como visto anteriormente.

Ao longo do tempo, a proliferação das fábricas atraiu pessoas e serviços. Novas levas de imigrantes vieram trabalhar nas fábricas, entre eles: técnicos e operários franceses e italianos especializados na fabricação do vidro, para a Vidraria Santa Marina; e inglês, para a SPR²⁷.

Em 1901 chegou o bonde da canadense *Tramway*, com a criação da linha “Água Branca” – uma continuação da linha que atingia o Largo das Perdizes (atual Largo Padre Péricles). Em 1901 também foram instalados os primeiros focos elétricos e entre 1915 e 1920 foi concluída grande parte dos serviços de distribuição de água e coleta de esgotos.²⁸

Em 1905 foi criada a Escola Municipal de Pomologia e Horticultura, pelo então prefeito Antonio da Silva Prado, com o intuito de prover ensino técnico agrícola. Para tanto, utilizou-se um enorme terreno de 91.780m² nas proximidades da Av. Água Branca. Contudo, a escola não vingou e, em 1911, o enorme terreno foi fechado.

Durante o governo estadual Julio Prestes (1926-30), decidiu-se transferir para estas dependências um Parque de Exposições e Produções de Animais que havia na Mooca. Em 1950 tal parque foi oficialmente batizado de “Parque Dr. Fernando Costa” (tombado, CONDEPHAAT, Processo: 23339/85; CONPRESP - Resolução 17/04), homenagem ao seu idealizador²⁹.



Figura 5.3.16.2-22: Parque da Água Branca. Fonte: PARQUE DA ÁGUA BRANCA. *História do parque.* Disponível em: <http://www.parqueaguabranca.sp.gov.br/oparque.asp>. Acessado em: Out.2009.

O primeiro loteamento da região foi realizado em 1888, na antiga Chácara Mandy de Cima, denominando-se Vila Romana. Era composto principalmente de lotes agrícolas, conseqüentemente grandes. Apesar do arruamento, a Vila Romana teve uma ocupação lenta e com largas características rurais.

A partir de 1891 lotearam-se as fazendas dos irmãos Falchi e de Serafim Corso, num empreendimento denominado Gram Burgo da Lapa, englobando a Lapa de Baixo e toda a atual região central deste bairro. Surgiu também o loteamento da Vila Sofia, com características urbanas.

Conforme se verifica no mapa abaixo, em 1907, a Água Branca ainda possuía poucas edificações, um escasso arruamento, com reduzido número de quarteirões e muito extensos. O núcleo da Lapa, planejado e arruado exercia maior atração do que a Água Branca, que se tornou um bairro linear, sem um núcleo.³⁰

²⁷ SAMPAIO. *Op.cit.*

²⁸ RAMOS. *Op.cit.* p.103

²⁹ PARQUE DA ÁGUA BRANCA. *O parque.* Disponível em: <http://www.parqueaguabranca.sp.gov.br/oparque.asp>.

³⁰ RAMOS p.105

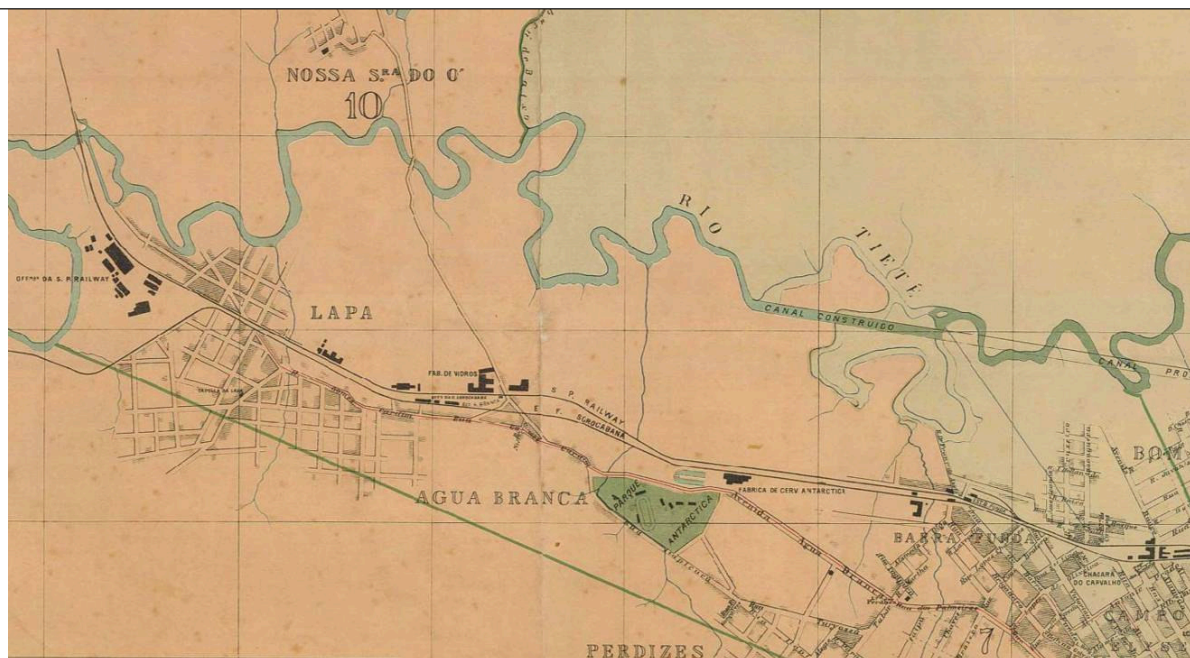


Figura 5.3.16.2-23: Planta Geral da cidade de São Paulo, 1905 (detalhe). Fonte: SEMPLA. *Galeria de mapas*. Disponível em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/1900.php>. Acessado em: Out.2009.

À leste houve o arruamento de Perdizes, mas o córrego da Água Branca constituía até o início do século um obstáculo a ser vencido. Na década de 1910 já existia a Vila Pompéia, podendo ser considerada uma longa extensão do bairro de Perdizes. Tal vila ocupava toda a área entre os córregos da Água Branca e da Água Preta, preenchendo parte do vazio de 1907, ao sul da avenida Água Branca.

Contudo, nota-se que as edificações também eram pouco numerosas e dispersas. A maior parte concentradas em Perdizes, bairro com a maior área edificada em relação à Água Branca e Vila Pompéia.

Estima-se que por volta de 1915 a população da Água Branca seria de cerca de 5.000 habitantes, inferior a da Lapa com cerca de 7.000 pessoas.



Figura 5.3.16.2-24: Planta Geral da Capitania de São Paulo, 1914 (detalhe). In: PASSOS, Maria Lucia Perrone; EMÍDIO, Teresa. *Desenhando São Paulo: mapas e literatura 1877-1954*. São Paulo: SENAC; Imprensa Oficial, 2009, p.72.

Nesse processo de urbanização, conclui-se que não houve um crescimento horizontal do núcleo da Água Branca, sua “conurbação” com bairros vizinhos deu-se pelo crescimento dos últimos. Assim, foi o bairro de Perdizes que encontrou o da Água Branca em sua expansão para o sudoeste e a Lapa, em sua expansão para o leste, com a formação da Vila Romana.

Desta maneira, o bairro foi se alterando muito mais em função do crescimento da porção central da cidade para oeste e do subúrbio da Lapa para leste, do que por um crescimento endógeno a partir do antigo núcleo das fabricas.³¹

No mapa abaixo, de 1930, verificamos o final desse processo de “conurbação”. Nesse momento o arruamento estava quase consolidado, faltando um pequeno trecho nos arredores do leito do córrego da Água Preta, local aonde em poucos anos iriam se juntar os loteamentos da Vila Romana e Vila Pompéia.

Outro aspecto verificável no mapa refere-se à função industrial do bairro, que neste momento se mostrava bem solidificada. Nota-se o núcleo industrial do bairro bem definido, com um porte expressivo. O crescimento industrial ocorreu de 1880 a 1950. A partir de então se iniciou um lento processo de desindustrialização e revalorização imobiliária.

³¹ *Idem*, p.110

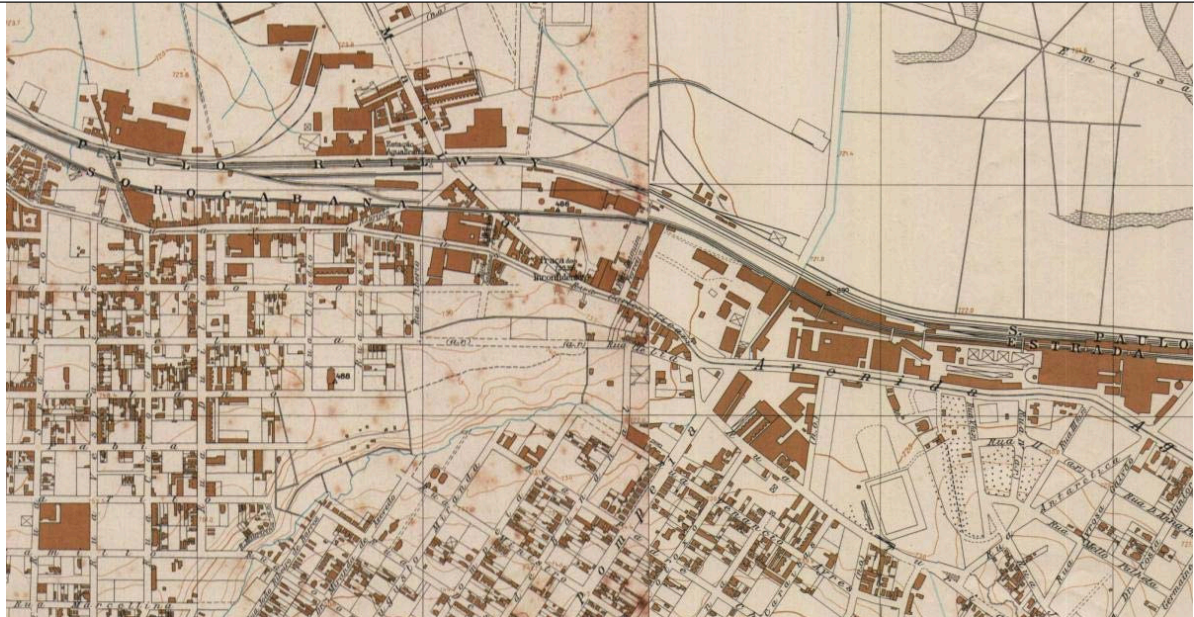


Figura 5.3.16.2-25: Mapa Topográfico do Município de São Paulo (detalhe), Empresa SARA Brasil, 1930.

Desindustrialização e a revalorização imobiliária

Por volta da década de 1950 iniciou-se na Água Branca um processo de desindustrialização³², que pode ser explicado em função das várias dinâmicas abordadas a seguir.

No governo de Juscelino Kubitschek ocorreram mudanças macroeconômicas significativas, entre elas: o incentivo à industrialização pesada e a entrada maciça de empresas transacionais que reduziram o mercado das indústrias nacionais. Num segundo momento, o milagre econômico do regime militar elegeu os bens de consumo duráveis como motor do crescimento econômico. Desta forma, as indústrias nacionais de bens de consumo não-duráveis foram desfavorecidas pelo pouco interesse da política econômica nacional.

Além destes fatores, houve uma mudança radical no transporte de cargas – o sistema rodoviário suplantou o ferroviário e trasladou o eixo de industrialização para os arredores da rodovia.

Seguindo o curso deste processo, a região da Água Branca enfrentou a progressiva retirada das indústrias. Também houve uma grande valorização imobiliária, tendo em vista a instalação da classe média e média alta nos bairros vizinhos, sobretudo em Perdizes e posteriormente Vila Pompéia. Estes fatores geraram uma crescente demanda de serviços à Água Branca, que se tornou a nova tônica do bairro³³.

A paisagem da Água Branca também se modificou, por volta da década 1960, com a construção das vias marginais e com término da retificação do Tietê. Também se construiu dois viadutos sobre a linha férrea – o Pompéia e o Antártica –, além da avenida Sumaré, ao fundo do córrego da Água Branca, que foi então canalizado. O local onde hoje está a Praça Marrey Junior

³² Termo designa processo onde a atividade industrial perde a importância em termos absolutos; determinada área industrial deixa progressivamente de ser caracterizada economicamente por sua atividade industrial, havendo geralmente um avanço do setor terciário. Maiores detalhes RAMOS, p.116.

³³ Atualmente é possível mencionar: os Shoppings Centers West Plaza e Bourbon; além do SESC Pompéia, Sociedade Esportiva Palmeiras, etc.

abrigava um cortiço nas dependências do antigo cinema Vitória – demolido para dar lugar ao sistema viário.



Figura 5.3.16.2-26: Vista geral da Água Branca na década de 1960. *Apud. RAMOS, Op.cit., p.133.* À esquerda encontra-se parte da IRFM; à direita a oficina da mesma companhia (atual local do Shopping Bourdon); os viadutos ainda não haviam sido construídos.

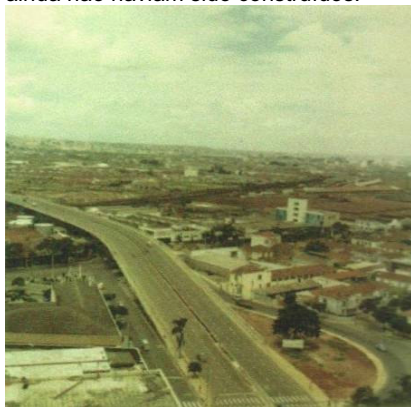


Figura 5.3.16.2-27: Viaduto Antarctica em dois momentos. *Apud. RAMOS, Op.cit., p.133.* À direita encontra-se o viaduto recém construído em 1971 e à esquerda em 2001. Também se notam as diferentes transformações do entorno.

Tais obras contribuíram para o aumento no fluxo de veículos, para a valorização imobiliária do local e para atenuar a divisão do bairro dada pelas ferrovias – mais urbanizado e integrado ao sul; e menos ocupado e com grandes vazios ao norte.

A Água Branca é um espaço da cidade que apresenta usos do solo muito diversificados – desde casas de alto padrão até cortiços; indústrias e uma grande gama de serviços. Conforme indica Ramos³⁴, em um pouco mais de um século a Água Branca passou das chácaras às indústrias e destas aos Shoppings Center.

³⁴ RAMOS. *Op.cit.*, p.121.

5.3.16.3) CONTEXTO ARQUEOLÓGICO LOCAL

Diagnóstico do Patrimônio Natural, Histórico, Arqueológico e Cultural: o levantamento de campo

O levantamento de campo teve início com a vistoria dos bens tombados ou em processo de tombamento na ADA e AID, conforme perímetro estabelecido primordialmente. Foram identificados 12 bens tombados ou em processo de tombamento na ADA e no seu entorno imediato, que mereceram consideração especial.

Entretanto, sabendo-se que este perímetro (ver Figura 2.1-1) foi alterado nota-se a presença de outros bens levantados na AID, que agora passariam a corresponder a ADA, dois deles não abordados no levantamento de campo e, portanto carecendo de detalhamento semelhante: Piscina Coberta Adhemar de Barros (CONPRESP - Resolução 26/04 - APT ZEPECS e CONDEPHAAT - Resolução 17/04 – área envoltória do Parque Fernando Costa) e Antigo Asilo na Rua Turiassu (CONPRESP - Resolução 26/04 - APT ZEPECS e CONPRESP - Resolução 05/2009).



Figura 5.3.16.3 -1: Levantamento do Patrimônio Histórico na ADA e AID referente à Operação Urbana Consorciada Água Branca. Os números indicam a localização dos bens situados no perímetro da ADA e no seu entorno imediato. As letras indicam os bens que estariam na AID. Nota-se que pelo novo traçado da ADA (ver Figura 2.1-1) o Parque Água Branca (n. 7), a Piscina Coberta Adhemar de Barros e o Antigo Asilo na Rua Turiassu (letras e e f, respectivamente) passam a corresponder a ADA.

A seguir serão apresentados alguns dados, sobre os bens abordados na etapa de campo com vistoria local, referente ao seu grau de preservação e risco de impacto direto.

1. Vidraria Santa Marina

Não foi dada autorização para entrar na área da Vidraria Santa Marina, no entanto do lado externo é possível visualizar as chaminés de fornos que estão indicados para preservação, além de uma torre e alguns edifícios históricos. Todos aparentam bom estado de preservação. A vidraria Santa Marina é ainda produtiva, estando quase todos os seus edifícios e chaminés históricos ainda em uso. Não há previsão de impacto direto na fábrica a partir da Operação Urbana. No entanto através da coleta de informações orais, foi notada a ausência de conscientização dos trabalhadores da vidraria e comunidade local da importância histórica da vidraria e de seus edifícios e torres tombadas.



Figura 5.3.16.3 -2: Vista da Vidraria Santa Marina a partir de uma passarela da Linha Ferroviária.



Figura 5.3.16.3 -3: Vista da portaria da Vidraria com Chaminé do Forno e edifício.



Figura 5.3.16.3 -4: Vista do portão principal da Vidraria com Chaminé do Forno, Torre e Edifício.

2. Edifício do Instituto Rogacionista

Atualmente sede de uma congregação religiosa o prédio é de acesso livre a comunidade e apresenta bom estado de conservação. Não há informações históricas sobre a construção do edifício e seus funcionários desconhecem o contexto de sua construção. Não há indícios de intervenção direta no edifício com a Operação Urbana.



Figura 5.3.16.3 -5: Vista frontal do Edifício do Instituto Rogacionista



Figura 5.3.16.3 -6: Vista de jardim nos fundos do Edifício.



Figura 5.3.16.3 -7: Vista de jardim lateral e vegetação de grande porte.

3. Antiga Fábrica de Tubos de Barro

Não houve acesso ao interior da antiga fábrica de tubos de barro, pouco vista do lado de fora. Foi possível visualizar um maquinário antigo exposto no jardim da frente do atual edifício, além dos fundos dos galpões antigos, vistos a partir da estação de trem da Água Branca. As informações orais coletadas indicaram a presença de blocos de barro na construção dos calçamentos internos da fábrica, pouco visíveis atualmente em função da tinta amarela e preta que os recobrem. No entanto, apresentam aparência de boa preservação. Não há como avaliar o grau de preservação dos galpões devido à dificuldade de acesso aos mesmos. Ressalta-se a importância da verificação de preservação dos mesmos no levantamento a ser realizado.



Figura 5.3.16.3 -8: Vista de entrada da Antiga Fábrica de Tubos de Barro, com detalhe de calçamento de barro, atualmente pintado de amarelo e preto.



Figura 5.3.16.3 -9: Vista dos Galpões da Antiga Fábrica de Barro a partir da Linha Ferroviária, estação Água Branca.



Figura 5.3.16.3 -10: Vista da entrada principal da Antiga Fábrica de Tubos de Barro com maquinário histórico exposto.

4. Imóveis da rua Carlos Vicari (205-211)

Os imóveis da rua Carlos Vicari apresentam péssimo estado de conservação, com forte risco de desabamento, sendo potencialmente alvo de impacto direto da Operação Urbana por sua localização junto às áreas de incentivo à verticalização e comércio. Aparentemente parte dos imóveis só possui a fachada, estando seu interior desabado. No fundo dos terrenos é possível avistar uma antiga chaminé, não sendo possível, no entanto, avaliar sua associação direta com os imóveis tombados.



Figura 5.3.16.3 -11: Vista frontal dos imóveis da rua Carlos Vicari, 205-211.

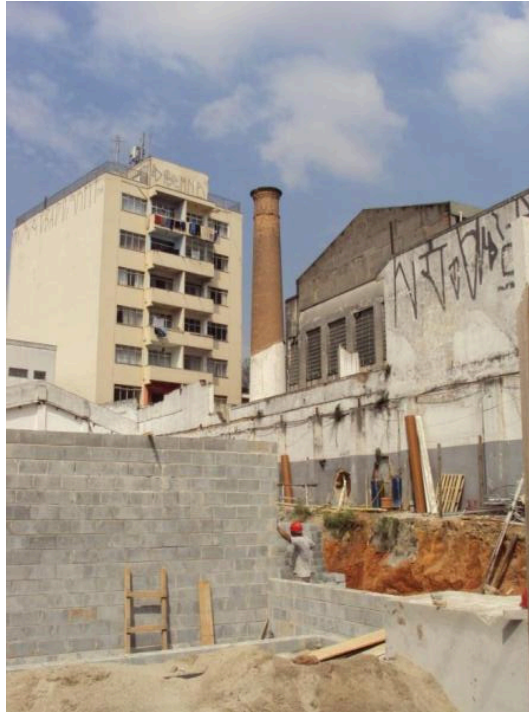


Figura 5.3.16.3 -12: Vista lateral dos imóveis da rua Carlos Vicari com Chaminé ao fundo.

5. SESC Pompéia

O SESC Pompéia representa um dos bens tombados melhor preservado da área, com os galpões industriais e características arquitetônicas originais. Além desse fator, sua atuação como centro cultural de livre acesso a comunidade oferece aos frequentadores a oportunidade de vivenciar esses vestígios históricos, sendo um marco na paisagem urbana local. Seus edifícios recentes, vistos a partir da rua Turiassu, assim como de diversas ruas da região são referenciais importantes da paisagem urbana atual. Não há indícios de impacto direto nos edifícios durante a Operação Urbana.



Figura 5.3.16.3 -13: Vista dos galpões industriais do SESC Pompéia.



Figura 5.3.16.3 -14: Detalhe dos Galpões industriais do SESC.



Figura 5.3.16.3 -15: Vista interna de um dos Galpões Industriais do SESC Pompéia.



Figura 5.3.16.3 -16: Vista do prédio do SESC a partir da rua Turiassu.

6. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo

Das indústrias reunidas Francisco Matarazzo pouco restou. Anteriormente ocupando uma grande área paralela a rede ferroviária, atualmente só resta à antiga casa das caldeiras. Há um contraste muito grande na área, já que a Casa das Caldeiras foi restaurada atuando como casa de eventos e mais recentemente voltando suas atividades para a área cultural, sediando

exposições e visitas monitoradas as suas dependências, enquanto o seu entorno, excetuando a casa do eletricitista, foi totalmente demolido. A Casa das Caldeiras possui além da infra-estrutura preservada do edifício, um acervo histórico único dos maquinários da Indústria, assim como um exemplar da locomotiva comprada pela indústria. Atualmente a Casa das Caldeiras mescla atividades contemporâneas de arte com eventos de divulgação do patrimônio histórico local.

No estacionamento da Casa das Caldeiras, assim como na sua porção norte, junto à ferrovia é possível visualizar vestígios das construções antigas, atualmente inexistentes. Fora do terreno da atual casa das Caldeiras, em direção à avenida Pompéia, há uma área atualmente em obras e um estacionamento, com poucas edificações contemporâneas, parte das edificações demolidas das Indústrias. Essa área apresenta um alto potencial arqueológico, pois seu solo ainda não foi intensivamente afetado e está localizada numa área de impacto direto da Operação Urbana Consorciada. A pesquisa arqueológica na área poderá trazer informações importantes acerca das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e sua atuação na construção da história da cidade de São Paulo.



Figura 5.3.16.3 -17: Vista da “Casa das Caldeiras”.



Figura 5.3.16.3 -18: Vista do interior dos fornos.



Figura 5.3.16.3 -19: Vista da área do entorno da Casa das Caldeiras, área com indícios de demolição das Indústrias Matarazzo



Figura 5.3.16.3 -20: Vista do entorno da Casa das Caldeiras com evidência de demolição das edificações das Indústrias Matarazzo.



Figura 5.3.16.3 -21: Casa do Eletricista, parte da "Casa das Caldeiras"



Figura 5.3.16.3 -22: Vista do interior da Casa das Caldeiras, com maquinário preservado.



Figura 5.3.16.3 -23: Vista de um dos salões da Casa das Caldeiras, com Grafite atual.



Figura 5.3.16.3 -24: Vista de trem antigo da Indústria Matarazzo, ao lado da Casa das Caldeiras.

7. Parque da Água Branca

O Parque Fernando Costa, mais conhecido como Parque da Água Branca, não está inteiramente incluído na Operação Urbana, fazendo divisa com a AID entre a avenida Francisco Matarazzo e a rua Ministro Godói. O Parque representa a maior área verde da região, com áreas de substrato aparentemente preservadas, assim como uma grande quantidade de prédios históricos bem preservados. O livre acesso das áreas do parque assim, como a pequena exposição da história das construções e formação do parque valorizam a preservação do patrimônio histórico divulgando a história da região. A área não deve sofrer impacto direto da Operação Urbana.



Figura 5.3.16.3 -25: Vista da entrada do Parque da Água Branca.



Figura 5.3.16.3 -26: Vista de pequena exposição da história das construções e áreas do atual parque.



Figura 5.3.16.3 -27: Vista de área verde preservada do parque.

8. Antiga Serraria Americana

O prédio da Antiga Serraria Americana está implantado em meio a grandes galpões de exposições na sua face sul e um galpão de eventos country na sua face norte. Não foi permitido o acesso ao interior do prédio, que aparentemente faz parte do galpão de eventos country ao

sul, tendo, no entanto, partes de sua lateral sendo utilizadas pelos galpões expositivos. Sua parte externa aparenta boa preservação, mas um levantamento mais detalhado de sua utilização ofereceria um parâmetro melhor para avaliar sua integridade física e possíveis ações de preservação. A área apresenta risco de impacto direto pela Operação Urbana estando em meio a um possível corredor verde que ligará o Memorial da América Latina com o Parque da Água Branca.



Figura 5.3.16.3 -28: Vista da frente da Antiga Serraria Americana, pela rua Tagipuru.



Figura 5.3.16.3 -29: Vista da Lateral da Antiga Serraria Americana.